



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

BRUNA MARTINS NOGUEIRA ARAÚJO

Belo Horizonte

2013

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Belo Horizonte

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

BRUNA MARTINS NOGUEIRA ARAÚJO

A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 17 de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Professor – Avaliador

Anderson Ribeiro de O. S. Silva – Prof. Orientador

Bruna Martins Nogueira Araújo - cursista

Ao Willian, com amor!

AGRADECIMENTOS

A Deus por iluminar sempre meus caminhos...

Aos meus familiares pelo apoio e exemplo de vida.

A SEMED/Divinópolis por possibilitar essa especialização junto a UFMG.

Aos professores, especialmente ao orientador Anderson Ribeiro,
pela dedicação que me incentivou a concluir essa jornada.

Enfim, a todos que colaboraram direta ou indiretamente pela
realização desse curso.

Seja você a mudança que quer ver no mundo
Mahatma Ghandi

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI “Alegria do Saber”, pautando-se principalmente no eixo Currículo que é essencialmente possibilitado pela gestão democrática escolar. Esse estudo visa identificar os desafios e concepções da prática da Educação Ambiental no Currículo da Educação Infantil como forma de dinamizar atividades sustentáveis no cotidiano escolar e na rotina da comunidade escolar em prol da melhoria na qualidade de vida.

PALAVRAS- CHAVE:

Educação Ambiental – Currículo Escolar – Gestão Democrática – Sustentabilidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: LEGISLAÇÃO	11
2. GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	14
3. IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS.....	22
ANEXOS	26

INTRODUÇÃO

O presente trabalho situado no âmbito da educação, baseia-se na análise crítica do Projeto Político Pedagógico - PPP do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI “Alegria do Saber”, abrangendo seus desafios e possibilidades. Sabendo das responsabilidades e avanços possibilitados pelo desafio da implantação do PPP, o CMEI “Alegria do Saber” prima pelo desenvolvimento de uma gestão escolar cada vez mais democrática e participativa, que acima de tudo, atenda os anseios e desejos e saiba superar os conflitos na construção da autonomia em prol da excelência na educação.

O interesse em abordar a temática “Implementação da Educação Ambiental na Educação Infantil”, surgiu perante os desafios contemporâneos de discutir o currículo com práticas ambientais e, principalmente da necessidade iminente de fomentar atividades sustentáveis a partir da Educação Infantil através do intermédio de um Projeto Político Pedagógico consolidado. Nesse sentido, o processo de construção do PPP ideal se torna árduo, pois as diferenças e as relações interpessoais, que são fundamentais para a democracia, perpassam por todas as esferas de sua construção. E, na maioria das vezes, a comunidade não consegue materializar a demanda da realidade local em diretrizes que possam nortear a construção do Currículo Escolar.

O CMEI “Alegria do Saber” prima pela missão de criar condições de equidade para o desenvolvimento holístico das crianças. Partindo do pressuposto que a escola de educação infantil precisa promover o desenvolvimento integral da criança, no âmbito físico, emocional, afetivo, cognitivo e social, numa visão democrática, que busque a concretização de valores morais e éticos para a formação de cidadãos conscientes de seus deveres e direitos na construção de um mundo mais humano para todos. Diante desse contexto, a escola visa ser reconhecida como espaço socializador, onde as crianças desenvolvam suas capacidades de formas distintas,

proporcionando vários benefícios às múltiplas linguagens. De acordo com Dourado, a educação é entendida essencialmente como:

[...] uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional.(DOURADO,2010,p3).

O CMEI se apoia na visão de preparar a criança para o mundo adulto e suas contradições, mas principalmente, de fornecer instrumentos de vivências e de socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Além disso, busca uma percepção de escola de qualidade pautada na concepção inclusiva de sociedade, onde as adversidades como violência, diferenças sociais e raciais dentre outras formas de exclusão sejam superadas e banidas.

Assim, torna-se possível identificar a instituição escolar como espaço multifacetário. Menciona-se também suas distintas perspectivas atuando como equipamento público, sendo que quatro delas compõe o processo da busca pela qualidade da educação, sejam elas pedagógicas, culturais, sociais ou financeiras. Para a UNESCO (2002),

[...] a dimensão ou perspectiva pedagógica é fundamental e se efetiva quando o currículo é cumprido de forma eficaz. No que concerne à perspectiva cultural, os documentos apontam que os conteúdos precisam partir das condições, possibilidades e aspirações das distintas populações a quem se dirige. Do ponto de vista social, a UNESCO sinaliza que a educação é de qualidade quando contribui para a equidade. Do ponto de vista econômico, a qualidade refere-se à eficiência no uso dos recursos destinados a educação. (UNESCO, 2002, p. 10).

Dentre os itens abordados no PPP do CMEI “Alegria do Saber”, um tema destaca-se nessa análise, seja pela relevância, consistência e urgência no processo de implementação da Educação Ambiental no Currículo na Educação Infantil. Tema esse, que é apresentado como objeto de estudo, e principalmente, possibilitado pela

atuação da gestão democrática e fruto dos avanços socioambientais na tomada de decisões da comunidade escolar local e da sociedade no geral.

Nesse sentido, aponta-se a importância que a abertura da Gestão Democrática escolar dimensiona ao abordar junto a comunidade local, a inserção da sustentabilidade através da inclusão da educação ambiental no currículo da educação infantil. Possibilitando, assim a interferir tanto na atuação em sala de aula e unidade escolar, quanto na relação homem e meio-ambiente, bem como sua complexidade, perpassando os muros escolares, atingindo positivamente a sociedade local.

Partindo do pressuposto, da proeminência da prática da educação ambiental no currículo da educação infantil, possibilitado pela gestão escolar democrática, esse trabalho iniciou-se a partir do estudo preliminar do PPP do CMEI “Alegria do Saber”, em seguida foi realizado levantamento da legislação educacional, como LDB, RCNEI, Gestão Democrática, Currículo e Educação Ambiental e Sustentabilidade. Além disso, foi feita uma ampla revisão bibliográfica que enriqueceu o corpo da pesquisa. Por último são tecidas considerações finais e ainda é apresentada a bibliografia de apoio ao presente trabalho.

1. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: LEGISLAÇÃO

Entende-se a educação como um direito fundamental de todos, sendo a mesma garantida como dever do Estado e da Família. Com ela pode-se construir um mundo melhor, um presente mais justo e um futuro mais próspero. Para garantir esse direito, vários são os desafios, por isso, a educação também é compreendida como um dever do Estado. Esse direito está previsto constitucionalmente, e ainda há uma série de outros documentos jurídicos que contêm dispositivos relevantes a respeito do direito à educação. Frigotto (2000), ao analisar o papel da educação, define a especificidade dessa prática e, ao mesmo tempo, destaca sua articulação às relações sociais mais amplas e a contradição subjacente a esse processo, e destaca ainda que,

[...] a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de 'saber social' (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. (GRZYBOWSKI, 1986, p. 41-2)

Imprime-se a participação democrática como fator condicionante da conquista desse direito. Pois, tanto na gestão participativa do indivíduo quanto na atuação e crescimento do cidadão como indivíduo livre que expressa seus anseios a partir dos princípios de transparência e impessoalidade, autonomia e participação, representatividade e competência.

Partindo do princípio que a educação é um processo contínuo, parte de um ciclo, em que são propostas continuamente a criação de novas possibilidades e a valorização de atividades referentes ao respeito mútuo, oportunizadas pela prática de dinâmicas de trabalho em equipe, de palestras de socialização, onde os conflitos sejam vistos de forma construtiva e sua superação colabore para que cada um saiba cuidar de si mesmo, respeitando a diversidade das pessoas e seu entorno, da sua cidade e até de seu país. Resultando assim, no resgate da afetividade nas relações entre os

indivíduos, proporcionando uma vivência afetiva entre professores, alunos e pais, tornando o ambiente escolar o mais acolhedor possível.

Nesse contexto, o convívio social e solidário da gestão democrática e participativa enfatizará a corresponsabilidade e cooperação das virtudes da “comunidade” garantindo assim, o direito de Situação de Justiça, Igualdade, Democracia e Respeito Mútuo que determinará a qualidade da educação oferecida. No campo da educação escolar, a legislação, segue as tendências contemporâneas dos países mais desenvolvidos, evoluindo para oferta da escola pública, gratuita e democrática, aberta a todos.

Observa-se, no entanto, que o bloqueio contra o acesso e permanência na escola tem sido furado algumas vezes e em alguns lugares. Mas isso ainda não se deu em decorrência da ação dos poderes públicos, e sim como resultado da organização e da luta das classes populares em defesa dos seus direitos em matéria educacional.

Conforme a Constituição de 1988, é dever do Estado garantir ensino obrigatório para todos. E "o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente" (art. 208, § 2º). A Constituição Federal/88 vai além da garantia do direito a educação, pois, no seu artigo 225 define ainda que,

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, CF 1988, Art. 225)

Cabe à sociedade, estabelecer os objetivos a serem buscados, que são as expressões dos anseios, das aspirações, dos valores e das tradições da própria sociedade. Seja através da atuação democrática da gestão escolar ou pela discussão e abertura das leis do ensino. Entretanto, é sabido que ainda hoje, a

maioria das leis relacionadas a educação, não estão sendo discutidas pela sociedade quando aprovadas pelo Congresso Nacional.

Assim, espera-se que cada unidade escolar possa criar alternativas para abertura da gestão escolar democrática, e ainda, criar possibilidades de discussão de temas que melhorem a qualidade de vida da sociedade. Além disso, seja capaz de superar suas limitações e explorar suas potencialidades, que envolva-se na essência do processo de ensino/aprendizagem. E ainda, sinta-se responsável pela sua própria educação, leia, pesquise, envolva-se com todo processo de aprendizagem, e que esse, percorra por além dos muros escolares, principalmente no que diz respeito a educação ambiental. Pois, de acordo com o artigo 29 da LDB

[...]a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade". (BRASIL, LDB, 9394/96, Art 29)

Nesse sentido, cabe a gestão escolar criar alternativas que busquem recursos financeiros e pedagógicos, como forma de,

[...] garantir a certa hora recursos mínimos, não só para fazer frente à necessidade imediata, mas permitir que cada escola possa construir um paralelo e dentro da sua linha pedagógica, dar alternativas e complementar essa atividade educacional propriamente dita (MESSEMBERG, 1999, 34)

Já o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RECNEI, define de forma mais direta e integrada, proposta especialmente pelo item Natureza e Sociedade, no volume 3, abordando desde a exploração do ambiente pelas crianças de zero a três anos, passando pela interação do mundo natural e social pelas crianças de quatro a seis anos. Como orientações o RCNEI destaca,

A observação e a exploração do meio constituem-se duas das principais possibilidades de aprendizagem das crianças desta faixa etária. É dessa forma que poderão, gradualmente, construir as primeiras noções a respeito das pessoas, do grupo social e a das relações humanas. A interação com adultos e crianças de diferentes idades, as brincadeiras nas suas mais diferentes formas, a exploração do espaço, o contato com a natureza, se constituem e experiências necessárias para o desenvolvimento e aprendizagem infantis. (BRASIL. RECNEI, vol 3, ANO, p.23)

Diante do exposto, compreende-se que a participação será realmente efetivada no momento em que os agentes que compõem a comunidade local, tenham conhecimento das leis e das políticas governamentais que regem o processo educacional, levando a atuação constante da gestão democrática participativa.

Portando, do ponto de vista legal a educação ambiental é garantida na prática constante do ambiente escolar e deve ser trabalhada de forma sistêmica e contínua. No entanto, apesar das leis garantirem sua execução, a EA ainda não consegue ser realidade na rotina dos currículos e planejamentos escolares. Mas é justamente a Gestão Democrática que contribuirá para prática da educação ambiental voltada para sustentabilidade e desenvolvimento de uma sociedade responsável, fazendo assim cumprir a lei.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A democratização escolar é um processo árduo, porém enriquecedor. Partindo da premissa em que a Escola é um espaço social democrático entende-se que a formação de espaços e organismos de exercício e participação comunitária é de suma importância para determinar a equidade em uma sociedade mais justa a partir da escola que temos, criando assim um ambiente escolar que queremos.

De acordo com Vieira (2005), é importante destacar que um dos principais aspectos da gestão escolar é a autonomia que as escolas possuem para organizarem-se, atendendo as suas peculiaridades regionais e locais necessárias ao processo de aprendizagem que devem ser amplamente discutidas no processo de construção do Projeto Político Pedagógico - PPP, pois de acordo com VEIGA (1998)

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 1998, p2)

Nesse contexto, a gestão democrática é percebida então, como um processo contínuo de participação, descentralização do poder e do pleno exercício de cidadania. No ambiente escolar esse artifício identifica-se como espaço de formação social e integração comunitária em que os envolvidos na gestão devem atuar de forma participativa em busca de uma sociedade mais justa e sustentável que imprima através do seu PPP a excelência da educação.

Identifica-se como fundante do processo democrático a consolidação da Constituição Federal de 1988 que ocorreu no país juntamente as mudanças políticas, econômicas e sociais. A partir de então, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, que juntamente a carta magna passa a assegurar o princípio da Gestão Democrática no ensino público. Um dos objetivos é assegurar a autonomia administrativa, jurídica, financeira e pedagógica do ensino como um todo fazendo valer a educação como direito do cidadão e dever do Estado e da família. No artigo 14, a LDB destaca que

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;
- II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL.LDB 9394, 1996, Art. 14).

Partindo desse pressuposto, identificam-se alguns elementos como instrumentos essenciais a prática da gestão descentralizada como é o caso do Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais e Mestres e Grêmios Estudantis dentre outros conselhos existentes na escola.

Assim uma gama de assuntos passa a ser discutidos dentro dos muros escolares pela comunidade local que é levada a pensar e repensar a realidade da instituição buscando sempre a melhoria da qualidade do ensino. Desse modo constrói-se coletivamente a autonomia da gestão é garantida de forma democrática, participativa

e transparente. Com isso, a articulação com a comunidade acontece naturalmente, onde é prioridade da instituição buscar parcerias com a Comunidade, pois a Escola existe para servi-la e deve servi-la bem.

É notório destacar que a democratização deve começar no interior da escola, em espaços nos quais toda comunidade possa discutir de maneira crítica o seu cotidiano como profissional do estabelecimento. Com isso, a função da escola, de formar indivíduos críticos, criativos e participativos, será concretizada.

É sabido que para alcançar uma gestão participativa democrática, é preciso acontecer também a formação, implementação e atuação de um conselho em que as ações são pensadas, analisadas, discutidas coletivamente e que a vontade da maioria é levada em consideração e acatada pela maioria. De acordo com MEC, é através dos Conselhos Escolares que,

[...] as famílias, assim como toda a comunidade escolar e local, podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos ou da sua comunidade. Candidatar-se a uma vaga no Conselho Escolar é uma boa maneira de acompanhar e auxiliar os trabalhos desenvolvidos na escola. (BRASIL. Conselhos Escolares, 2004, Pag 18)

Dentre as condicionantes da gestão democrática da educação e o planejamento participativo, citamos o fortalecimento dos processos e das práticas participativas e coletivas de organização da educação e da escola e conseqüentemente o papel mediador e articulador do trabalho coletivo na educação.

3. IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No decorrer da história da humanidade, a população perfaz deslocamentos em decorrência de situações pela busca da sobrevivência e melhoria na qualidade de vida, de melhores oportunidades de trabalho e melhor escolarização, cultura e lazer principalmente para os filhos. No entanto, diversos problemas socioambientais

urbanos acabam direcionando novos rumos a população. Por consequência, a construção da cidadania, torna-se essencial nessa sociedade voltada aos princípios democráticos, pautados na dignidade do respeito aos direitos e deveres do ser humano e da vida em sociedade. Identifica-se assim, a escola como espaço ideal para a discussão ambiental e prática sustentável. O Currículo escolar destaca-se então como instrumento possibilitador da educação ambiental na educação infantil e esse espaço, é dimensionado pela abertura da prática da gestão democrática escolar.

[...] currículo é fruto de um embate por sentidos e significados que ultrapassa não apenas o espaço físico da sala de aula mas também o território imaginado do que supõe que deve ser uma aula (LOPES, 2006, p 36)

A metodologia de ensino a ser desenvolvida apresentará coerência entre o planejamento, discurso e ação pedagógica, baseando-se na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Instituída (LDB), Referencial Curricular Nacional (RCNEI), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Plano Nacional e Plano Decenal de Educação de Divinópolis, demais referenciais legais e nas teorias da aprendizagem e desenvolvimento infantil, principalmente segundo Piaget e Vygotsky, situando a escola num espaço criativo de trabalho, rico de novas possibilidades pedagógicas, a diversidade afetiva, étnico-racial, social e cultural, para poder desenvolver um processo educativo construtivo, articulando assim, diversos saberes e experiências e não apenas habilidades. No sentido mais específico, entendem-se por educação ambiental

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL. Lei nº 9.795, 1999 – Art 1º)

Utiliza-se de procedimentos e recursos pedagógicos, lúdicos e psicomotores, que estimulem a aprendizagem global da criança, principalmente no que tange as

diretrizes e normatizações educacionais da educação infantil e creche, respeitando o que prima o artigo 29 da LDB 9394/96, ao mencionar

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL.LDB nº 9394, 1996, Art. 29)

O currículo escolar é considerado assim um fundamento que deve ser amplamente discutido e planejado democraticamente. Diante desse contexto a escola torna-se um ambiente formador de cidadão ativos e críticos, principalmente através da atuação comunitária resguardando é claro a autonomia no processo da gestão democrática participativa. A educação ambiental no currículo da Educação Infantil deve, portanto, permear as discussões e práticas da gestão escolar. Segundo Segura (2001),

A educação ambiental vem somar esforços, ao lado de instrumentos como licenciamento ambiental, tecnologias de conservação, auditorias ambientais, estudo e relatório de impacto ambiental, legislação, etc, para a construção de uma nova sociedade, orientada por uma ética baseada na solidariedade planetária, na sustentabilidade socioambiental e no direito de todos ao ambiente saudável. Nesta perspectiva, ela compõe um conjunto de iniciativas que buscam alicerçar a relação entre natureza e cultura em outras bases (SEGURA, 2001, pag 13).

É sabido que a educação ambiental – EA não se inicia pelos órgãos governamentais, mas sim pelos movimentos sociais e ambientalistas, que levam conseqüentemente os órgãos ambientais e escolas a repensarem e iniciarem o “processo de educação ambiental pública para preservação do meio ambiente” (BRASIL,CF, 1988, Inciso VI – Art 225). Esse processo é claramente definido no quarto artigo da Política Nacional de Educação Ambiental que apresenta como pressuposto da EA os seguintes princípios básicos:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL. Lei nº 9.795, 1999 – Art 4º)

Além disso, a LDB menciona a importância de se estimular a “compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”. Nesse sentido, estima-se que a educação ambiental seja desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente nos diversos níveis e modalidades do ensino. Dessa forma, torna-se necessário e urgente a discussão e implementação da EA no currículo escolar da educação infantil. (BRASIL.LDB nº 9394, 1996, Art.22)

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta a preocupação com o cuidado e proteção a criança e ao adolescente, resguardando seus direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte e ao lazer. Por conseguinte, destaca em seu artigo 3º que alguns mecanismos sejam implantados, principalmente na educação infantil, como forma de garantir

Que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL.ECA, p.11-12).

Nessa direção, evidencia-se a articulação dos movimentos sociais locais, nacionais e, até mesmo globais, em busca da sustentabilidade e da discussão de temas significativos dentro da sala de aula e na sociedade no geral. Como resultado,

ocorre uma mudança no paradigma no discurso de preservação do meio ambiente na escola e na sociedade como um todo. Por isso, em Educação Ambiental,

[...] é preciso que o educador trabalhe intensamente a integração entre o ser humano e ambiente e se conscientize de que o ser humano é natureza e não apenas parte dela. Ao assimilar a visão holística, a noção de dominação do ser humano sobre o meio ambiente perde o seu valor, já que estando integrado em uma unidade (ser humano/natureza) inexistente a dominação de alguma sobre a outra, pois já não há mais separação (GUIMARÃES, 1995, p. 30).

Acompanhando essa tendência, muitos educadores rompem com a concepção tradicional e buscam realizar um trabalho mais significativo e transformador no cotidiano da educação infantil. Assim, os programas da Educação Ambiental na Educação infantil, deve ir além das comemorações do dia da água, dia da árvore ou meio ambiente. Isso porque a finalidade da escola é contribuir para formação de cidadãos ativos e pensantes desde a pré-escola. Além disso, é na idade pré-escolar que a criança identifica-se com o meio que vive e dele deve partir para construção de conceitos e valores socioambientais.

Portanto, o desenvolvimento da EA na EI é urgente e dinamizador, pois é no ambiente escolar que se deve potencializar as diversas problematizações a cerca da sustentabilidade. Sendo assim a EA, deve ser constantemente trabalhada nos diversos níveis educacionais, intensificada na educação básica, principalmente a partir da educação infantil, quando se está desenvolvendo valores e construindo hábitos que conciliem a preservação ambiental, junto ao uso adequado dos recursos naturais e desenvolvimento da modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desse trabalho foi colaborar com a proposta de Implementação da Educação Ambiental na Educação Infantil. Esse processo iniciou-se a partir da análise do eixo Currículo do Projeto Político Pedagógico - PPP do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI “Alegria do Saber”.

É importante destacar que a gestão democrática possibilitou a construção de um Currículo consistente e ao mesmo tempo dinâmico, sobretudo quando considera a valorização da comunidade local, passando a atender os alunos de forma mais adequada, chegando assim a cumprir com o verdadeiro papel da escola em busca do ensino de qualidade.

Nesse sentido identificaram-se algumas possibilidades presentes principalmente como fundamento legal que direciona o trabalho pedagógico da Educação Ambiental. No entanto alguns desafios também foram encontrados, como a dificuldade de se trabalhar temas com crianças da educação infantil. Mas é justamente observando e conhecendo a comunidade local, seus problemas socioambientais que se deve de forma coletiva, como propõe a gestão democrática trabalhar e superar esse desafio.

Por isso, é preciso clareza, embasar-se na legislação presente, nas diretrizes apresentadas pela LDB, RECNEI e ainda, fazer valer a abertura da gestão democrática e envolver a comunidade na discussão e consolidação da Educação Ambiental no Currículo da Educação Infantil. Isso porque muitas atividades de educação ambiental são desenvolvidas no cotidiano da educação infantil.

Por fim, são apresentados no Anexo B algumas sugestões de atividades de Educação Ambiental para se trabalhar na Educação Infantil. Trabalho esse que não se encerra aqui, mas apresenta sua colaboração para construção da escola de qualidade a partir da gestão democrática participativa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA Maria Carmen Silveira e HORN Maria da Graça Souza - 01/10/2011.
Organização do Espaço e do Tempo na Educação Infantil (fragmentos).

Disponível em:

<http://educacaoinfantilsantamariadf.blogspot.com.br/2011/10/organizacao-do-espaco-e-do-tempo-na.html>: Acesso em 02 de maio de 2013

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: RIDELL, 1999.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil.

Brasília : MEC, SEB, 2006. 45 p. : il. 1. Educação infantil. 2. Infra-estrutura escolar. I.

Título. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparinfestencarte.pdf> - Acesso em 30 de abril 2013

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação

Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil /**

Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

— Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo. 1. Educação infantil. 2.

Criança em idade pré-escolar. I. Título. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pdf> acesso em 2 de maio de

BARBOSA, Maria C. Silveira; HORN, Maria da G. Souza. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artemed, 2008.

CMMDA (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento). Nosso Futuro Comum. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DIDONET, Vital. Educação infantil para uma sociedade sustentável. In: Revista Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed Editora, ano VI, número 18, nov 2008/fev 2009. p. 10-13.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Educar para uma vida sustentável. In: Pátio Revista Pedagógica. Porto Alegre, p. 12-14, mai./jul 2008. Número 46, ano XII.

LOPES, Aline Cassimiro. Currículo sem fronteiras, v 6, n 2, PP 33-52, Jul/Dez 2006-UFRJ– Discursos nas políticas de Currículo

MESSEMBERG, Mônica. *PDDE em Debate* - Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 16/08/1999.

OLIVEIRA, Marcio Vieira. Os desafios da Educação Ambiental – um exercício através da Educação proposta por Paulo Freire. Revista Eletrônica Educação Ambiental em Ação, nº 25, ano VII, Set/Nov 2008. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo>. Acesso em: 30/5/13.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO Luiz Fernandes. **Organização da Educação Escolar no Brasil na Perspectiva da Gestão Democrática.**

_____ **Autonomia decretada e autonomia constituída.**

_____ **Conversando um pouco mais sobre o Conselho Escolar**

_____ **O papel político-pedagógico do diretor.**

WITTIMANN, Lauro Carlos; CARDOSO, Jarbas José. **Gestão compartilhada na escola pública:** o especialista na construção do fazer saber fazer, Florianópolis: AAESC, ANPAE/SUL, 1993.

BRASIL. **Constituição (1988): República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional:** Lei de nº 9.394 de 1996.

CASASSUS, J. **A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização.** Caderno de Pesquisa. [online]. 2001, n. 114, pp. 7-28. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n114/a01n114>. Acesso em: 06/11/12

LUCKESI, C. C. **Gestão democrática da escola, ética e sala de aulas.** São Paulo. Cortez. 2005.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K.N.; DOURADO, L.F. **Gestão Escolar e Democrática:** Organização da Educação Escolar no Brasil na Perspectiva da Gestão Democrática. Disponível em: <<http://www.moodle3.mec.gov.br>>. Acesso em: 6 de novembro de 2012.

WITTIMANN, Lauro Carlos; CARDOSO, Jarbas José. **Gestão compartilhada na escola pública:** o especialista na construção do fazer saber fazer, Florianópolis: AAESC, ANPAE/SUL, 1993.

NAVARRO, Ignez et all. **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania.** MEC/SEB, 2004.

GRACINDO, Regina V. et all. **Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola.** MEC/SEB, 2004.

WITTMANN, Lauro et all. **Conselho Escolar e o Respeito e a Valorização do Saber e da Cultura do Estudante e da Comunidade Escolar.** MEC/SEB, 2004.

AGUIAR, Márcia A. S. et all. **Conselho Escolar e o Aproveitamento Significativo do Tempo Pedagógico.** MEC/SEB, 2004.

DOURADO, Luiz F. et all. **Conselho Escolar, Gestão Democrática da Educação e a Escolha do Diretor.** MEC/SEB, 2004.

ANEXO A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DO CMEI ALEGRIA DE SABER**

**Bruna Martins Nogueira Araújo
Maria da Consolação Silva
Selma Maria da Silva**

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CMEI ALEGRIA DE SABER

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	8
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	12
3. CURRÍCULO	19
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	21
5. PROCESSOS DE DECISÃO	26
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	29
7. AVALIAÇÃO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38
ANEXOS	43

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI – Alegria de Saber. O referido CMEI está situado à Rua das Maravilhas, nº 49, Bairro Vivendas do Amor, na cidade de Divinópolis em Minas Gerais. Ele se consolida na Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estabelece no art. 12 inciso I a responsabilidade do Estabelecimento de Ensino na elaboração e execução de sua “proposta pedagógica”, refletindo sobre as ações e intenções educativa presente nesse CMEI

O referido CMEI tem fundamentação legal na LDB 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Lei Municipal nº 6.659/2007 – Jornal Oficial Município de Divinópolis – Edição 253 – De 1º a 7 de novembro de 2007. E autorização do funcionamento de Educação Infantil (creche e Pré-Escola). Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 443/2001 de 29 de maio de 2001. Portaria da SEE nº 30/08 MG – 13/11/08. Assim, se torna *“um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós”* (Azevedo, p.2).

O PPP é um documento importante, e é entendido como a *própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo* (VEIGA, 1998, p.1), e visa uma gestão democrática, participativa na busca de uma escola de qualidade que é direito de todos. *O projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula*, (VEIGA, 1998, p.2).

Diante disso, a realização do PPP ideal se torna bem difícil, pois as diferenças e as relações interpessoais, que são fundamentais para uma democracia, perpassam por todas as esferas na construção do PPP. Para VEIGA, 1998, P.2,

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Assim, acredito que, se a construção do Projeto Político Pedagógico for desejo, não só da gestão, mas de todos os professores, da equipe escolar e da comunidade local, torna-se necessário que todos se empenhem e trabalhem com um único propósito: o de ter uma forma de organização escolar democrática e participativa, que atenda os anseios e desejos, superando conflitos e construindo sua autonomia para alcançar uma educação de qualidade.

O Centro Municipal de Educação Infantil Alegria de Saber municipalizou no dia treze de novembro de dois mil e sete, antes funcionava como Creche Comunitária amparada por um grupo de voluntários que criaram a creche em 1984 com o objetivo de cuidar dos filhos, pois as mães necessitavam trabalhar. Seis bairros foram beneficiados com a municipalização. A presença da comunidade é marcante através dos eventos culturais e reuniões bimestrais. Hoje o CMEI conta com 260 crianças e oferece atendimento na Educação Infantil, 1ª etapa da Educação Básica, que corresponde à faixa etária de 2 e 3 (Creche) e 04 e 05 (Pré-Escola).

As crianças atendidas pela escola são de famílias de classe média baixa, alguns comerciantes, outros de empregados de fábricas e lojas em geral. São crianças que no final de semana vão à igreja, a bares, sorveterias e praças acompanhadas de suas famílias. A Igreja de São José tem uma forte influência na vida da comunidade, pois grande parte das famílias que aqui residem são católicas. As barraquinhas de São José no mês de maio, o reinado, os bares e as festas no Parque de Exposição predominam a cultura desta comunidade.

A importância da construção do Projeto Político Pedagógico está na elaboração de currículo para a Educação Infantil, e na organização dos espaços e tempos e privilegiem o fazer e o brincar da criança pequena, que ainda é um dificultador, pois, pelas experiências em gestão, observa-se que muitos professores acham que trabalhar na educação infantil é brincar, deixando de lado a aprendizagem significativa. A organização do tempo do conhecimento escolar é marcada pela segmentação do dia letivo, e o currículo é, conseqüentemente, organizado em períodos fixos de tempo para disciplinas supostamente separadas. O controle hierárquico utiliza o tempo que muitas vezes é desperdiçado e controlado pela administração e pelo professor. (VEIGA 1998, p.10)

Assim, acredito que, se a construção do Projeto Político Pedagógico for desejo, não só da gestão, mas de todos os professores, da equipe escolar e da comunidade local, torna-se necessário que todos se empenhem e trabalhem com um único propósito: o de ter uma forma de organização escolar democrática e

participativa, que atenda os anseios e desejos, superando conflitos e construindo sua autonomia para alcançar uma educação de qualidade.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A escola entende que a educação de qualidade tem como fundamento essencial o pleno desenvolvimento do educando, assim como o preparo para o exercício da cidadania. Nesse sentido o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) tem a missão de criar condições de equidade para o desenvolvimento integral e holístico das crianças. Considerando, também, as possibilidades de aprendizagem que se apresentam nas diferentes faixas etárias e diversas capacidades, envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, de relação interpessoal e inserção sócia de forma significativa, proporcionando vários benefícios às múltiplas linguagens. Diante desse contexto, a escola visa ser reconhecida como espaço socializador onde as crianças desenvolvam suas capacidades de formas distintas. De acordo com Dourado, a educação é entendida essencialmente como:

uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional.(DOURADO,2010,p3).

Partindo do pressuposto que a escola de educação infantil precisa promover o desenvolvimento integral da criança, no âmbito físico, emocional, afetivo, cognitivo e social, numa visão democrática, que busque a concretização de valores morais e éticos para a formação de cidadãos conscientes de seus deveres e direitos na construção de um mundo mais humano para todos.

O CMEI se apoia na visão de preparar a criança para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental por meio de vivências e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Além disso, busca uma percepção de escola de qualidade pautada na concepção inclusiva de sociedade, onde as adversidades como violência, diferenças

sociais e raciais dentre outras formas de exclusão sejam superadas e banidas. Nesse sentido, a educação é voltada para a proposta de inclusão sugerida por Santos (1997), ou seja, a de que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais”. SANTOS (1997, p.122)

Nesse sentido, ao identificar a instituição escolar como espaço multifacetário e complexo menciona-se também suas distintas perspectivas atuando como equipamento público, sendo que quatro delas compõe o processo da busca pela qualidade da educação, sejam elas pedagógicas, culturais, sociais ou financeiras. Para a UNESCO (2002),

... a dimensão ou perspectiva pedagógica é fundamental e se efetiva quando o currículo é cumprido de forma eficaz. No que concerne à perspectiva cultural, os documentos apontam que os conteúdos precisam partir das condições, possibilidades e aspirações das distintas populações a quem se dirige. Do ponto de vista social, a UNESCO sinaliza que a educação é de qualidade quando contribui para a equidade. Do ponto de vista econômico, a qualidade refere-se à eficiência no uso dos recursos destinados a educação. (UNESCO, 2002, P 10).

Verifica-se nesse terceiro milênio, a partir da detonação dos negócios globalizados, em um mundo em que as informações estão cada vez mais instantâneas, constata-se o papel da escola de forma dinâmica, democrática e libertador. Conseqüentemente, destaca-se o principal papel da educação que é favorecer o processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva biopsicossocial, em parceria com a família, comunidade e profissionais da saúde. Além disso, espera-se que o CMEI possibilite:

- estimular a criança a ocupar o lugar de sujeito de sua aprendizagem, agente capaz de modificar seu meio, percebendo-se como ser único e criativo, exercendo sua cidadania;
- desenvolver o senso crítico, respeitando a diversidade sócio-cultural, desenvolvendo atitudes e valores, espírito de colaboração e de solidariedade;
- favorecer o desenvolvimento físico-motor, afetivo e cognitivo oferecendo oportunidades que desafiem a criança a descobrir e elaborar suas hipóteses na construção do saber;
- desenvolver o trabalho cooperativo e a divisão de responsabilidades, interagindo com os colegas e adultos, fortalecendo sua autoestima e

independência;

- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse;
- respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade;
- enriquecer a capacidade expressiva através de diferentes linguagens: corporal, musical, plástica, oral e escrita, manifestando suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos;
- oferecer atividades específicas de ordem física, cognitiva, ética, estética, afetiva, de relação interpessoal e de inserção social;
- buscar a integração entre a família, escola e comunidade para maior conhecimento da realidade das crianças, melhorando assim o trabalho escolar.

O CMEI Alegria do Saber se propõe a desenvolver um trabalho baseado na equidade para respeito e desenvolvimento as diferenças individuais e na consideração das peculiaridades das crianças na faixa etária atendida pela Educação Infantil. Por isso, a escola procura renovar suas atitudes para melhor atender as crianças, pois a finalidade é colaborar na construção coletiva de uma prática educativa capaz de lançar a criança no seu mundo como ser ativo, participante e pensante tanto da organização curricular, quanto vida cultural e social como propõe a LDB 9.394/96.

Buscando o ensino eficaz de qualidade, a escola pauta seu trabalho nas concepções das teorias da aprendizagem construtivista, mas também se apoia em outras doutrinas do desenvolvimento a que venham somar e aprimorar o desenvolvimento infantil.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional administrativa do CMEI Alegria de Saber é prevista em atas, no Regimento Escolar e em legislação específica do município. A palavra estrutura é definida, segundo o dicionário Informal online, como “o modo que se apresenta um determinado trabalho, intelectual, ou organizacional”.

Neste sentido, a estrutura organizacional dispõe sobre as funções que asseguram e se apresentam o funcionamento da escola. Essa estrutura é representada nas inter-relações entre os vários setores, segmentos e funções de uma organização ou serviço. A forma de organização de autoridade é atribuída através das relações de dependência hierárquica e de cooperação, a forma como as atividades são especificadas e distribuídas e ainda a forma como são estabelecidos os sistemas de comunicação dentro da escola, não se esquecendo de que o objetivo é fornecer e garantir uma escola democrática e de qualidade.

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

Organização administrativa da escola se fundamenta em uma concepção de administração democrática, que preza por um ambiente acolhedor, com uma estrutura física de boa qualidade, mas que, atualmente, precisa ser melhorada. Prioriza uma condição de saneamento básico mínimo como energia elétrica, água, recolhimento de lixo, esgoto e a limpeza da escola em condições favoráveis a fim de atender bem a comunidade escolar e local. Os materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos estão em boas condições de uso, mas insuficiente para atender a demanda atual, pois os recursos financeiros ainda são insuficientes.

A palavra “autonomia” segundo dicionário informal é definida como “aquele que é independente, ou seja que toma suas próprias decisões sem interferências exteriores”. Neste sentido a gestão financeira do CMEI Alegria do Saber, é autônoma no sentido de poder definir metas mas sempre democráticas em suas decisões. Pois procura definir prioridades, calcular corretamente os gastos, executar uma prestação de contar transparente. E o conselho escolar é um importante instrumento de participação da comunidade, e deve ser o maior aliado do gestor na construção desta autonomia financeira.

O referido CMEI, recebe uma vez por ano o recurso do PDDE, Programa Dinheiro Direto na escola. Recebe também recurso do Convênio Oneroso da Prefeitura, em três parcelas no decorrer do ano. O recurso próprio é adquirido através de festas e eventos promovidos pelo CMEI.

Assim a estrutura da escola não pode ser considerada neutra com relação aos objetivos que se pretende alcançar com a educação. O Centro Municipal de Educação Infantil “Alegria de Saber” tem uma estrutura organizacional que se diferencia conforme as concepções de organização e gestão adotadas na escola, mas apresenta a estrutura básica como todas as unidades e funções típicas de uma escola da rede municipal de Divinópolis.

[...]a organização e gestão refere-se aos meios de realização do trabalho escolar, isto é, à racionalização do trabalho e à coordenação do esforço coletivo do pessoal que atua na escola, envolvendo os aspectos, físicos e materiais, os conhecimentos e qualificações práticas do educador, as relações humano-interacionais, o planejamento, a administração, a formação continuada, a avaliação do trabalho escolar. Tudo em função de atingir os objetivos. Ou seja, como toda instituição as escolas buscam resultados, o que implica uma ação racional, estruturada e coordenada. (LIBANEO,2001. P.7)

A referida escola tem sua fundamentação legal baseada na LDB 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, na Lei Municipal nº 6.659/2007 – Jornal Oficial Município de Divinópolis – Edição 253 – De 1º a 7 de novembro de 2007. Autorização do funcionamento de Educação Infantil (creche e Pré-Escola). Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 443/2001 de 29 de maio de 2001. Portaria da SEE nº 30/08 MG – 13/11/08.

Neste ano de 2013 o CMEI oferece a Educação Infantil, 1ª etapa da Educação Básica, que corresponde à faixa etária de 2 e 3 (Creche) e 04 e 05 (Pré-Escola). Como mostra a tabela abaixo:

Modalidade de ensino	Nível	Nº de alunos
Educação Infantil-03 anos	Creche	91 alunos
Educação Infantil- 04 anos	Pré-Escola	103 alunos
Educação Infantil- 05 anos	Pré-Escola	71 alunos

Tabela-01 - Modalidade de Ensino

Os alunos são atendidos nos respectivos turnos -Matutino 7h às 11h e 30 minutos: 119 alunos; vespertino - 13h às 17h e 30 minutos: 146 alunos; perfazendo um total de 265 alunos.

Abaixo segue um quadro com número de funcionários e especificação de função e formação profissional:

FUNÇÃO/CARGO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	TURNO	HABILITAÇÃO
--------------	------------------------	-------	-------------

DIRETORA	01	MATUTINO VESPERTINO	MAGISTÉRIO, NORMAL SUPERIOR, COORDENAÇÃO/SUPERVISÃO
VICE-DIRETORA	01	MATUTINO OU VESPERTINO	MAGISTÉRIO, PEDAGOGIA
EDUCADORES	14	07 MATUTINO 7 ESPERTINO	MAGISTÉRIO, PEDAGOGIA, LETRAS
EDUCADORA (EVENTUAL)	02	01MATUTINO 1VESPERTINO	MAGISTERIO, PEDAGOGIA, LETRAS
AUXILIAR DE SERVIÇO I	01	NOTURNO	FUNDAMENTAL
AUXILIAR DE SERVIÇO II	05	MATUTINO VESPERTINO	MAGISTÉRIO, MÉDIO, PEDAGOGIA
SERVENTE ESCOLAR	01	MATUTINO OU VESPERTINO	FUNDAMENTAL

Tabela -02 – Quadro de funcionários/2013

Conforme o quadro acima, a referida escola mesmo contando com um número insuficiente de profissionais para o atendimento adequado, resguarda os princípios legais e constitucionais, já citados anteriormente, buscando soluções para os problemas, superando práticas autoritárias e centralizadoras, possibilitando uma gestão mais democrática e está sempre em contato com a família, visando uma escola de qualidade.

Neste sentido, PARO enfatiza a importância da participação da comunidade nas atividades escolares, sendo elas atrativas e motivadoras.

[...]agradável e atrativo a seus usuários diretos e indiretos, dotando-a dos competentes mecanismos de participação capazes de atrair pais e demais componentes da comunidade externa, na convicção de que sua participação é não apenas um direito de participação no controle democrático do Estado nos serviços que este oferece à população, mas também uma necessidade da escola, se esta quer fazer-se de fato educativa.(PARO,2008. p.6)

O colegiado, foi criado em 29 de março de 2011, com mandato de 2 anos tem como objetivo a tomada de decisões e de análises dos problemas da escola.

Ele representa uma mudança tanto no processo de tomada de decisão, administrativas e pedagógicas, como nas formas de relacionamento com a comunidade e com os órgãos superiores de administração educacional. Constitui também em um projeto que se deve assumir para a construção de uma nova escola. Todos são co-responsáveis por aquilo que há de educativo no processo pedagógico.

O Caixa Escolar tem como função administrar os recursos financeiros da escola que vem da união, estados, municípios ou arrecadados com recursos próprios. Os recursos destinam-se à aquisição de bens e serviços necessários à

melhoria da escola. É constituído normalmente por um presidente, que é o diretor da escola, de um tesoureiro e do conselho fiscal.

CMEI conta com o Conselho Fiscal que é integrado por membros do colegiado e composto de três órgãos: assembléia geral, diretor e conselho fiscal. Este último compõe-se de representantes de pais de alunos e de outras pessoas da comunidade e tem a duração de 03 (três) anos.

O Colegiado Escolar e o Caixa Escolar, juntos, se complementam, cabendo ao colegiado aprovar as prioridades propostas pela escola para a alocação de recursos e a prestação de contas de sua aplicação. O caixa viabiliza a aplicação dos recursos, observando os instrumentos legais em vigor e de acordo com as prioridades aprovadas pelo colegiado. Em 17/12/2007, em Assembléia Geral foi constituído o Caixa Escolar Alegria de Saber, com a participação de funcionários, pais de alunos e comunidade interessada nos problemas de educação. Prevê para os próximos anos a utilização de recursos financeiros de acordo com o plano de trabalho, visando melhorias e atendendo às prioridades necessárias ao bom funcionamento do CMEI.

O Caixa Escolar “Alegria de Saber” em conformidade de opinião do colegiado escolar e conselho fiscal criou as finalidade de iniciativas comunitárias, com o objetivo de: prestar assistência aos alunos carentes de recursos; contribuir para o funcionamento efetivo e criativo do Centro Municipal de Educação Infantil; promover em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa do ensino; colaborar na execução de uma política de concepção do Centro Municipal de Educação Infantil como agência comunitária em seu sentido mais amplo.

A escola Alegria do saber conta com o Conselho fiscal que compõe-se de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, escolhidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, dentre os pais de alunos ou seus responsáveis e pessoas da comunidade associadas do Caixa.

O diretor em consenso com os componentes do caixa escolar e do conselho fiscal atribuíram as seguintes funções para o Conselho Fiscal:

I – Examinar os documentos cabíveis da entidade, a situação do Caixa e os valores em depósito;

II – Apresentar à Assembléia Geral ordinária parecer sobre as contas da diretoria no exercício em que servir;

III - Apontar à Assembleia Geral as irregularidades que descobrir, sugerindo as medidas que reputar úteis ao Caixa Escolar;

IV – Convocar Assembleia Geral ordinária, se o presidente do Caixa Escolar retardar por mais de um mês a sua convocação e requerer da Assembleia Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e/ou urgentes.

Ficando assim mais claras e definidas as atribuições do conselho, dividindo tarefas e oportunizando uma participação democrática.

Temos na escola a Comissão de Acompanhamento do Calendário Escolar, que é constituída pela diretora da instituição, um membro representante dos funcionários e um membro representante dos pais de alunos que é retirado na 1ª Assembleia Geral. O objetivo desta comissão é refletir conjuntamente e avaliarem o calendário, conferindo-lhe especial importância no que tange ao desenvolvimento pedagógico da escola.

A estrutura física da escola se apresenta como segue a tabela abaixo:

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de aula	07
Sala de TV	01
Almoxarifado	01
Sala de brinquedo	01
Refeitório	02
Banheiros	06 (sendo 3 adaptados para crianças pequenas)
Espaço para artes	01
Parquinho	01 (bem arborizado)
Área para apresentações artística e culturais	01
Horta	01
Espaço para atividade psicomotoras	01
Sala dos professores	01
Secretaria	01
Sala para xerox	01
Cozinha	01
Dispensa	01

Tabela 03- Estrutura física da escola

Diante deste quadro percebe-se que a atual estrutura física ainda não é o ideal, porém a equipe administrativa, preocupada com sua responsabilidade de

implantação de uma gestão democrática, cumpre a função de discutir com o colegiado as metas e a efetiva função sócio-político da educação que se pretende promover na instituição.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A pintura artística no anexo dedica-se a inclusão de pessoas, aos artistas plásticos e as atividades psicomotoras proporcionando às crianças um mundo real voltado ao lúdico. O CMEI pensando num melhor atendimento pedagógico possui duas TVs, aparelho de DVD e som, copiadora, computador para uso da secretaria, brinquedos, livros, CDs, DVDs e jogos em geral para atender as crianças de 2 a 5 anos.

A LDB nº 9.394/96, em seu Art. 15, estabelece que:

os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Assim deve ser atribuídos à escola progressivos graus de autonomia, reconhecendo que não se trata de autonomia absoluta, mas que, mesmo parcial, deve lhe garantir seu pleno funcionamento.

A Educação Infantil (EI) pública no Brasil é bastante recente, pois somente a partir da promulgação na Constituição Federal de 1988 que a educação da criança de 0 a 5 anos de idade passou a ser considerada como um direito não só da criança, mas também de sua família.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 208. Item IV. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade (BRASIL, 1988).

Seria importante, neste primeiro momento refletir sobre a importância de um espaço bem organizado e apropriado para o atendimento escolar dessas crianças. O espaço físico é apenas um dos fatores importantes para o desenvolvimento infantil.

Será improdutivo se nele não forem efetivadas ações que propiciem estímulo, interação, criatividade, curiosidade e organização.

De acordo com a Proposta Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Alegria de Saber no ano de 2011 ampliou o seu espaço físico para atender a demanda da comunidade. Os espaços físicos já mencionados anteriormente não são ideais para um atendimento de qualidade dificultando o atendimento às crianças de 3 a 5/6 anos. Infelizmente há a falta de acessibilidade para as crianças com necessidades especiais.

Os alunos são organizados em 14 (quatorze) turmas, sete no período da manhã e sete no período da tarde, sendo seis turmas de Educação Infantil III (Creche III), cinco turmas de Educação Infantil IV e três turmas de Educação Infantil V. A organização das turmas se fundamenta em critérios que garantam o atendimento efetivo ao aluno no processo de aprendizagem, tendo como critério prioritário à faixa etária.

Portanto tal atendimento não atende a demanda da região. As crianças de dois anos, por exemplo, acabam ficando sem escola, pois o critério do município é o atendimento prioritário aos mais velhos.

As salas das turmas de 04 e 05 anos são bem amplas. Cada sala possui 25 alunos. Acredita-se ser um número elevado uma vez que não há ajudantes ou monitores em tais salas e o Comporta do município propõe um número bem menor do que este existente em sala de aula. As turmas de Creche III estão com 16 alunos e na verdade são salas bem menores e que caberiam 12 crianças. Com certeza o espaço físico interfere na qualidade do serviço prestado. Em salas superlotadas não há um atendimento próximo do que as crianças da Educação Infantil necessitam. De acordo com os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil:

Os ambientes físicos da instituição de educação infantil devem refletir uma concepção de educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo, criativo. (MEC/SEB, 2009).

As turmas de Creche III no CMEI Alegria de Saber estão divididas entre três turmas no horário matutino e três no horário vespertino. Para cada três turmas existe uma estagiária para apoiar as professoras. As estagiárias são estudantes do curso

de Pedagogia de diversas universidades da região. São estudantes ainda com grandes anseios, dificuldades frente ao novo, frente a atividades ainda não conhecidas por elas. Acabam por aprender a lidar com crianças pequenas através de experiências assim que chegam às escolas de EI.

Nos planejamentos quinzenais elas assumem o trabalho com as crianças sem muita informação. Considera-se que o ideal seria um profissional capaz de fazer valer a sua vez e voz, construindo sua autonomia no percurso formativo, reconhecendo principalmente sua identidade profissional. Acredita-se que as estagiárias poderiam estar conhecendo a realidade da EI através de algumas experiências em salas de aula para que no futuro tais experiências facilitem seu trabalho.

O planejamento é o primeiro passo da prática pedagógica, facilitando o trabalho educativo do professor e preparando a criança pra sua vida futura. Os planejamentos no CMEI são quinzenais. O planejamento é um rico momento em que o docente planeja atividades significativas de acordo com a proposta pedagógica, faz revisão das atividades aplicadas, refletindo sobre as reais intenções educativas.

A equipe gestora acompanha o planejamento orientando e refletindo junto das professoras sobre suas dificuldades, anseios, propostas de melhorias, encaminhamentos de crianças a outros profissionais e acabam modificando, analisando enfim construindo neste momento a Proposta Pedagógica para a escola. São momentos essenciais que também interferem na qualidade da Educação Infantil. Durante o momento do planejamento as crianças estão em atividades planejadas com eventual, vice-diretora e estagiária.

O RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil) explicita os seguintes princípios sobre o que seria o planejamento de um trabalho de qualidade:

Respeito à dignidade e ao direito das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas e etc.; Direitos das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; Acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e a estética; A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção por meio das mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; Atendimento aos cuidados

essenciais associados á sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (Brasil, 1998, v. 1, p. 13).

O objetivo maior de tais planejamentos seria a ação do educador que ele pesquise, repense e busque novos significados para sua prática pedagógica. Este trabalho requer organização com todos os envolvidos. No CMEI o planejamento ainda não foi atingido conforme o ideal. Muitas vezes a escola conta com o inesperado como a falta de professores, professores de licença médica, o diretor sobrecarregado de funções e muitas vezes não fica na escola, fazendo orçamentos, compras e outros motivos que impedem que o planejamento aconteça. A ausência de profissionais no dia do planejamento inviabiliza o processo deixando todos muito frustrados interferindo na qualidade do ensino.

As famílias das crianças do CMEI Alegria de Saber apresentam-se bastante interessadas no desenvolvimento da aprendizagem dos seus filhos. Estão sempre presente nas reuniões de pais e nos eventos que a escola promove. À vezes é preciso separar os turnos para um melhor atendimento, pois o espaço físico não comporta o grande número de as famílias de uma só vez.

Percebe-se que as famílias são participativas e presentes nos eventos porém apresentam muita dificuldade em opinar sobre as decisões que precisam ser tomadas nas reuniões do Caixa Escolar e Colegiado. Encontram dificuldades quando o assunto é políticas públicas. Souza (2005), diz que “[...] a Associação de Pais é o segmento menos articulado na realidade escolar e que estes deveriam representar os interesses da família e alunos”. A escola é auxiliada por estes segmentos de forma importante sendo necessária uma organização escolar partindo de uma gestão democrática.

É preciso fazer um atendimento aos pais de forma carinhosa, atenciosa criativa e profissional com muito amor e principalmente respeito, tirando suas dúvidas, anseios e mostrando a elas a importância da escola e principalmente da parceria entre família e escola assim também deve ser feito com as crianças.

Antes das reuniões periódicas de pais acontece a Escola de Pais. Os pais participam de uma roda de conversa com um palestrante que irá falar de assuntos que os próprios pais escolheram como, por exemplo: limite, alimentação de crianças pequenas, inclusão, oralidade na educação infantil, sexualidade e outros mais que

os pais definirem. É um momento prazeroso e 80% das famílias aproximadamente participam.

A escola desenvolve os seguintes projetos: “Minha Cidade Lê que é uma proposta do município para toda sua rede. Com este projeto levamos até a casa da criança livros para serem lidos com toda sua família. A escola possui uma mini biblioteca que atende os pais. Estes também podem levar para suas casas um livro semanalmente. Atualmente desenvolvemos no CMEI o projeto escolar: “Diversidade – O Mundo de Conhecimentos”, que começou em 2012.

Neste projeto fala-se sobre a inclusão que é um assunto bastante importante nos dias de hoje. A necessidade do projeto se deu após uma reflexão com a comunidade, devido à demanda de alunos com necessidades especiais que matricularam no CMEI. Todos os projetos são analisados nos dias de planejamento. No final do ano acontece a culminância do projeto em um ginásio da cidade com atendimento amplo devido à quantidade de pessoas que participam deste evento.

Os alunos de inclusão estão presentes nas escolas de Educação Infantil.

No CMEI tem crianças autistas, com retardo mental, dificuldades motoras, baixa visão dentre outras. Para tanto a escola conta com a parceria da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e as salas de recursos com Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com as crianças que necessitam de apoio em sala de aula já foi conquistado outro profissional para o apoio necessário ao educador. É um apoio mais próximo onde tal profissional está em constante atividade com a criança de inclusão durante as 4 h e 30.

É preciso crescer, ou seja, avançar quando o assunto é inclusão. Desconhece-se como a criança autista, por exemplo, em grau severo aprende. É preciso muito estudo, atenção e conhecimento acerca de um assunto tão novo e importante. Os educadores e a SEMED precisam oportunizar tais educadores para a sua formação própria. Oportunizar no sentido de investir e oferecer a sua formação. O educador que está em busca de uma formação contínua, bem como a evolução de suas competências com certeza tende a ampliar o seu campo de trabalho.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/20/12/1996):

Art. 13º. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

É visível que toda a organização da escola perpassa pelo Projeto Político Pedagógico. E esta necessita de toda a comunidade escolar para que todos possam refletir sobre suas práticas desenvolvidas cotidianamente na instituição de Educação propiciando uma constante avaliação. A participação das famílias na elaboração do Projeto Político Pedagógico é importante para que estes possam contribuir no desenvolvimento integral da criança assegurando assim o pleno cumprimento da função social da escola.

No CMEI Alegria de Saber os dias escolares são aproveitados para investir em formação. Já foram abolidas aquelas reuniões chatas em que o diretor apenas passava informações, ou repreendia os professores “chamando sua atenção” por atos cometidos que não estão de acordo com a proposta da escola.

Nos dias reservados às reuniões com todos os funcionários do CMEI, a direção faz uma parceria com outros profissionais, psicólogos, escritores, e outros, proporcionando momentos de reflexão sobre determinado assunto ou preparam-se também momentos de prática com algumas pessoas da própria rede municipal para que possa engrandecer.

A estrutura pedagógica do CMEI preconiza o desenvolvimento integral de seus alunos em todos os aspectos físicos, psicológicos, cognitivos e sociais visando uma escola de qualidade que educa para a vida em uma sociedade que está em constante mudança, como nos diz (FARIA e SALLES, 2012, p.21).

Uma Proposta Pedagógica, considerando as suas condições de produção, deve sistematizar: a história, o contexto, a estrutura, a filosofia e as intenções da instituição, as formas de organização e gestão de trabalho, incluindo aqui o currículo e a ação de um grupo, constituídos com a finalidade de formar cidadãos de 0 até 6 anos, com base em princípios éticos, estéticos, políticos, em uma sociedade democrática e em constante mudança.

No CMEI as mudanças precisam acontecer quanto à prática pedagógica. Será preciso muita reflexão, muitas leituras, encontros e amadurecimento para enfim chegar ao ideal que toda a comunidade escolar acredita. É preciso também crescer na reflexão sobre o currículo. A fase de construção de um currículo próprio para a Educação Infantil já está avançando. Após o reconhecimento da EI na Constituição

de 1988 (Brasil, 1988), abre-se o debate sobre a qualidade da educação de crianças pequenas.

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:[...]
IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; [...].

Nasce a necessidade de formular políticas de formação de profissionais e estabelecer alternativas curriculares para a mesma com diversas concepções do currículo. Já foram alcançadas várias conquistas e os embates ainda não terminaram. A garantia de recursos financeiros, por exemplo, de forma que realmente a EI necessite também é um dos critérios que influenciam na qualidade de educação. A necessidade de investimentos em projetos pedagógicos, formação de professores e espaços físicos são prioridades da EI.

Grandes desafios no CMEI Isaura Ferreira são visíveis como: o perfil do educador de EI, os espaços ideais para tal atendimento, a organização do currículo e articulação com o PPP como forma de garantir a qualidade da educação das crianças pequenas e, sobretudo a caminhada para que as famílias também reconheçam o trabalho importante desta etapa da vida. Mas antes de tudo precisam-se também entender o tipo de ser humano que querem para o futuro e saber qual a contribuição que a EI pode dar neste momento de mudanças para uma melhor qualidade na educação.

3. CURRÍCULO

Quando se fala em currículo logo vem à mente um conceito variado sobre o assunto: disciplinas, matérias, conteúdos, conjunto de saberes, conhecimentos escolares e etc. De acordo com Santos e Paraíso (2007, p. 57), o termo currículo é derivado da expressão latina curriculum significando pista ou circuito atlético. O currículo da Educação Infantil (EI) deve proporcionar experiências ou vivências para que as crianças socializem, se apropriem da oralidade, promovam sua identidade e adquiram autonomia para um conhecimento do mundo em que vivem.

Proporcionar momentos ora coletivos e individuais com trabalhos diversificados poderão proporcionar as crianças pequenas uma visão de mundo material e social. No Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Alegria de Saber o currículo é estabelecido através dos Referenciais Curriculares Nacionais para a EI elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto em 2008. O RCNEI foi criado atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que estabelece a EI como primeira etapa da educação básica. O objetivo do RCNEI é o de auxiliar os educadores no trabalho educativo com crianças pequenas, sendo também um guia de reflexão dando qualidade nesta etapa da educação.

De acordo com Sacristán (2000),

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas. (SACRISTÁN, 2000, p.14).

O currículo escolar norteia todo o trabalho desenvolvido na escola, tendo em vista a característica atual da sociedade. Sua prática reflete na visão de mundo. Falar em currículo é falar também da vida da comunidade local inserida, da história de vida do aluno, das relações sociais e das situações vivenciadas pela família. Portanto ele é mediador entre a escola e a comunidade. É possível a escola buscar na experiência do aluno recursos que possam contribuir para a formação do currículo escolar. De acordo com a lei 9.394/96,

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL LDB 9.394,1996)

O CMEI Alegria de Saber iniciou em 2013 reflexões sobre o currículo. É uma proposta da rede municipal da cidade de Divinópolis. Após tal reflexão, foram encontradas diversas dificuldades, discordâncias e até mesmo propostas pelos os envolvidos. O currículo oculto foi o que mais causou polêmicas. De acordo com Katia Stocco Smole (2012), “o currículo oculto é aquele que não é aparente aos nossos olhos. O ambiente escolar, as salas de aula e a relação que se dão nesses espaços formam o currículo oculto”. Stocco ressalta que as escolas de modo geral não divulgam, por exemplo, como fazer para que uma criança com dificuldades de

aprendizagem possa aprender ou qual currículo priorizar com alunos de famílias desestruturadas.

No CMEI Alegria do Saber o currículo oculto passou a ser objeto de discussão em reuniões escolares após as reflexões na rede municipal. Organizar uma instituição onde há pessoas com pensamentos e histórias de vidas diferentes uma das outras requer da escola abertura para que todos os envolvidos possam refletir mostrando seus anseios, desejos e contribuindo com suas idéias.

Uma das dificuldades observadas no CMEI que merece ser refletida é quanto ao perfil do educador. Para educar crianças tão pequenas é preciso que este profissional compreenda as necessidades e o desenvolvimento da criança e principalmente como ela aprende.

A EI a cada dia ganha mais e mais espaços. Falar sobre a especificidade da EI ainda merece discussões. O perfil deste educador também começa a ganhar espaço e preocupação. Tal perfil também faz parte do currículo oculto. A escola não apresenta a comunidade um educador que não tem o perfil para EI. Mas ela enfrenta tal problema sem saber lidar com o mesmo uma vez que os educadores chegam às escolas através de concursos.

Para que a escola cumpra com sua função que é transmitir conhecimentos com igualdade, transmitir valores e habilidades será preciso que ela também não fortaleça as divisões sociais e culturais existentes em nossa sociedade.

Quanto à organização das classes a EI é privilegiada. As mesinhas em grupo e as rodinhas diárias promovem a discussão de problemas individuais e coletivos, estabelecem-se combinados, fortalece as orientações das atividades, facilita conversas sobre atualidades, resoluções de conflitos e muito mais. Mas é preciso cuidado para que não se percam estes momentos ricos na EI e assim perdendo também o foco de autonomias. Esse momento pode ser confundido como período livre ou momento de liberdade de expressão das demais crianças deixando de lado a riqueza de oportunidades de conhecimentos.

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL. LDB 9396,1996).

De acordo com a atual Proposta Pedagógica (PP) do CMEI Alegria de Saber, os PCN'S estão presentes na organização:

O eixo de trabalho é dividido em:

- Identidade e Autonomia
- Movimento
- Música
- Artes Visuais
- Linguagem Oral e Escrita
- Natureza e Sociedade
- Matemática

A escola se organiza através destes eixos de trabalho, desenvolvendo em cada eixo uma série de capacidades referentes a cada idade.

Na Proposta Pedagógica do CMEI as capacidades referentes estão organizadas em forma de blocos por idade conforme ANEXO C. As crianças devem, até o final do ano, serem capazes de aprender o que consta na PP. É preciso rever tais capacidades ano a ano uma vez que o grupo de crianças é diferente a cada ano, sendo diferentes também suas necessidades, vontades, desejos e etc.

É preciso repensar na inclusão, nas diferentes famílias que chegam à escola. É preciso também haver uma reflexão em torno da seguinte pergunta: De quem é o conhecimento que deve ser ensinado nas escolas?

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Para a escola a aprendizagem das crianças da educação infantil está associada ao lúdico e às brincadeiras, nos mais diversos tempos e espaços escolares. Assim, para que a aprendizagem aconteça é necessário que os espaços e a rotina da escola sejam planejadas de modo a propiciar uma aprendizagem significativa e de qualidade visando os cuidados com segurança e com a saúde.

É importante que a organização do tempo e do espaço contribuam para o processo de aprendizagem como também para a sua autonomia. Os espaços do CMEI Alegria de Saber são ambientes educativos onde existe intencionalidade de se promover a formação humana.

A escola pensa em todos os seus espaços e nas inúmeras possibilidades de viabilizar atividades que possam ser realizadas neles.

A professora e o professor necessitam articular condições de organização dos espaços, tempos, materiais e das interações nas atividades para que as crianças possam expressar sua imaginação nos gestos, no corpo, na oralidade e/ou na língua de sinais, no faz de conta, no desenho e em suas primeiras tentativas de escrita. A criança deve ter possibilidade de fazer deslocamentos e movimentos amplos nos espaços internos e externos às salas de referência das classes e à instituição, envolver-se em explorações e brincadeiras com objetos e materiais diversificados que contemplem as particularidades das diferentes idades, as condições específicas das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e as diversidades sociais, culturais, étnico-raciais e linguísticas das crianças, famílias e comunidade regional. (BRASIL, 2009, p. 14).

A organização dos espaços escolares de uma Instituição de Educação Infantil mostra como é a Proposta pedagógica dela. Os conceitos de infância, de brincar, de autonomia são visíveis ao se depararem com a organização das salas, a disposição dos brinquedos, as atividades coladas nas paredes, os murais, os brinquedos do pátio, tudo declara sobre a importância que os gestores e corpo docente dedicam à escola e aprendizagem.

Neste ano de 2013 o CMEI Alegria de Saber ampliou o seu espaço físico para atender a demanda da comunidade, melhorando assim organização dos espaços utilizando com mais eficácia os equipamentos e Materiais.

Nos espaços educacionais devem existir laços entre a proposta pedagógica, a organização dos lugares e dos materiais utilizados como a forma que são utilizados, sendo todos elementos educativos, que integrado ao tempo escolar e ao o educador.

Segundo os Parâmetros Básicos de infraestrutura para as instituições de Educação Infantil os professores e as crianças são os responsáveis pela organização dos espaços,

O/a professor/a, junto com as crianças, prepara o ambiente da Educação Infantil, organiza-o a partir do que sabe que é bom e importante para o desenvolvimento de todos e incorpora os valores culturais das famílias em suas propostas pedagógicas, fazendo-o de modo que as crianças possam ressignificá-lo e transformá-lo. A criança pode e deve propor, recriar e explorar o ambiente, modificando o que foi planejado. (Brasil, MEC,2006,p 07)

O CMEI Alegria de Saber hoje conta com 07 salas de aula, bem arejadas com mobiliário, brinquedo e livros, compatíveis com a idade das crianças. As salas

dos alunos de 4 e 5 anos possui 25 alunos, um número inadequado para um ensino de qualidade, pois nelas não há ajudantes ou monitores. As turmas de Creche III estão em salas bem menores com 16 alunos e na verdade e que caberiam apenas 12 crianças. Com certeza o espaço físico interfere na qualidade do serviço prestado. Em salas superlotadas não há atendimento que às crianças da Educação Infantil necessitam, de acordo com os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.

A sala de TV possui, além da TV, vários CD's, DVD's aparelho de DVD, caixa de som acústica onde os alunos tem oportunidade de ouvir músicas, assistir vídeos de desenhos e filmes, que elas escolhem ou direcionados pelas paradidáticos. A sala de brinquedos é um espaço que possui várias opções de brinquedos, acessórios infantis e fantasia. É um lugar onde as crianças se socializam e desenvolvem o vocabulário e a imaginação. Os 2 refeitórios são amplos e bem limpos e higienizados, neles são utilizados utensílios adequados às crianças.

Os 06 banheiros são higienizados várias vezes ao dia, porém apenas 03 são adaptados para crianças. O único espaço para aulas de arte é muito rico e valoroso, pois propicia as crianças brincar, sujar, criar e expressar-se de maneira lúdica e plástica sua visão de mundo. O parquinho bastante arborizado com área para apresentações culturais e artísticas é amplo e propicia a interação e desafios corporais. A pintura artística no anexo dedica-se a inclusão de pessoas, aos artistas plásticos e as atividades psicomotoras proporcionando as crianças um mundo real voltado ao lúdico.

A horta é um espaço verde onde se ensina o plantio, cuidado e colheita de alimentos consumidos pelas próprias crianças. O espaço externo é bem utilizado para as atividades psicomotoras e para livre recreação. A sala dos professores é o espaço de descanso, planejamento, reflexão e informação para todos os funcionários além dos professores. Possui uma mesa e cadeiras para melhor conforto.

Na secretaria e a sala de Xerox são espaços exclusivos do adulto, é onde ficam arquivos, chaves, computadores, impressora armário para documentos.

A cozinha é um espaço bastante ventilado e amplo, é o lugar de preparação dos alimentos oferecido para as crianças. Possui bancada para pia, facilitando a higienização de materiais, higienização de alimentos, cocção e distribuição dos

alimentos, evitando assim contaminações. Todas as auxiliares de serviços, e funcionários que precisam entrar na cozinha, devem utilizar touca e luvas. Na dispensa são estocados os alimentos não perecíveis. O armazenamento correto dos produtos é essencial para sua melhor utilização.

Freitas afirma que dependendo das concepções e finalidades educativas é que se organizam os espaços e tempos nas escolas,

Os tempos e espaços da escola são, portanto, contraditórios e tensos – como tensa e contraditória é a própria sociedade que a cerca. Há uma permanente disputa em tais espaços que reflete as diferentes concepções de educação, as diferentes finalidades educativas atribuídas. (FREITAS, 2004, p.1)

Diante disso, o CMEI Alegria de saber preconiza uma educação de qualidade considerando as etapas do desenvolvimento cognitivo e afetivo do ser humano, condições para que cada aluno individual ou coletivamente, possa construir seu próprio saber e viver, sem estar limitado por tempo determinado e artificialmente elaborado e imposto.

De acordo com LBD, a escola deve respeitar a carga horária do aluno,

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
 I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
 II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
 III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas
 (BRASIL.

LDB 9394 Art. 12.)

Sendo assim, o calendário escolar (ANEXO B) do Centro Municipal de Educação Infantil Alegria de saber prevê 200 letivos (833 horas aulas) e 09 dias escolares - dias destinados à reunião e planejamento com professores e demais funcionários. As férias são 15 dias em julho e 30 dias no mês de janeiro.

O CMEI é um espaço de educação inclusiva e integração, oferecendo uma carga horária de 4 horas e 30 min tempo do aluno, em dois turnos(matutino e vespertino, incluídos 20 minutos de recreio/merenda,) para creche (3anos) e pré-escola (4/5anos).

Os planejamentos são feitos quinzenalmente com pares de professoras acompanhadas da direção que os orienta quanto ao trabalho pedagógico e projetos desenvolvidos. É um momento de estudo e reflexão dos professores sobre sua prática pedagógica.

A rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas. (BRASIL/RECNEI,1998 vol.I- p.54)

De acordo com o referencial curricular, a rotina diária de um CMEI deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas como podemos observar na tabela abaixo:

Rotina do CMEI Alegria de Saber		
Atividades	Turno matutino	Turno vespertino
Entrada	7h	13h
Período Livre	7h e 30	13h30
Roda de conversa:	8h	14h
Lanche, Recreio e descanso	9h	15h
Atividades Pedagógicas	10h	16h
Atividades de Psicomotricidade	11hs	17h
Saída	11h30	17h e 30

Tabela 04- Rotina do CMEI Alegria de Saber

Assim, é necessário um olhar diferenciado sobre os tempos e espaços e as concepções de educação que o CMEI preconiza visando uma escola de qualidade .

De acordo com BARBOSA e HORN

“[...]Com as crianças bem pequenas, , é fundamental observarmos sua linguagem, que se manifesta através dos gestos, olhares, choro... Para dispor tais atividades no tempo é fundamental organizá-las tendo presentes as necessidades biológicas das crianças como as relacionadas ao repouso, à alimentação, à higiene e à sua faixa etária. (BARBOSA e HORN 2011, p1)

Diante disso que os espaços e tempos escolares devem ser acolhedores , provocadores de estímulos com laços fortes de relações entre gestão, professores e alunos.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

O processo de decisão pode ser definido como instrumento dinâmico da gestão participativa na escola, o qual se adota como foco a construção participativa dos elementos constituintes da comunidade escolar, segundo Freire (1991):

.. a Escola Pública que desejo é a escola onde tem lugar de destaque, a apreensão crítica do conhecimento significativo, através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propões a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber pelas experiências no mundo. (Freire, 1991, p.81).

A gestão escolar deve pautar nos princípios democráticos de uma gestão compartilhada e participativa, em que os envolvidos no processo educacional possam representar e decidir sobre os processos pedagógicos, financeiros e administrativos. O Conselho Escolar e Colegiado são duas formas da comunidade escolar desenvolver sua autonomia na escola pública e construir uma gestão democrática . Diante do exposto, escola deve oportunizar condições onde ocorra a,

... construção cotidiana e permanente de sujeitos sócio - políticos capazes de atuar de acordo com as necessidades desse novo que – fazer pedagógico – político, redefinição de tempos e espaços escolares que sejam adequados a participação, condições legais de encaminhar e colocar em prática propostas inovadoras, respeito aos direitos elementares dos profissionais da área de ensino. (CISESKI, 1997, P 66 e 67).

No CMEI Alegria do Saber a gestão democrática e participativa é efetivada pela atuação do Colegiado Escolar. A escola define-se como espaço aberto ao diálogo e ainda, propõe discutir constantemente o processo educacional e seus resultados com funcionários, pais e responsáveis e comunidade escolar como um todo. Nesse sentido, o CMEI constitui-se como local de interação da sociedade e Libâneo destaca que a,

... educação é o conjunto de ações, processos, Influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (LIBÂNEO, 2000 - p. 22).

Para consolidar o entrosamento com as famílias, realizam-se reuniões pedagógicas bimestralmente ou quando necessário, para avaliação do desenvolvimento dos alunos e divulgação dos rendimentos e dificuldades escolares e palestras abordando assuntos de interesses dos pais e responsáveis. b

A participação no CMEI Alegria do Saber se dá, além da participação no

Colegiado e Caixa Escolar pela Associação de Moradores do bairro, que tem grande presença junto a esta Instituição. Além disso, o CMEI conta com a parceria do Centro de Saúde local com em atendimentos médicos, psicológicos, odontológicos, vacinas e palestras, sempre que solicitados. Eventualmente, contamos ainda com a atuação de um grupo de Acadêmicos do curso de Enfermagem de universidade local, que realizam um trabalho de diagnóstico e orientação referente ao desenvolvimento saudável e segurança infantil, para os pais e responsáveis pelos alunos dessa instituição.

O Conselho Tutelar também é um grande parceiro, por ser um órgão permanente, autônomo e não jurisdicional encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. Cabe a escola recorrer a este órgão sempre que necessário e em quaisquer circunstâncias que envolvam negligência, omissão, violência, agressão, opressão e discriminação. Por fim, o CMEI conta com parcerias Universidades da cidade, obtendo estagiárias dos cursos superiores de ensino e parcerias para realização de atividades acadêmicas com as crianças.

As famílias colaboram na execução de comemorações festivas da escola como Festa Junina, Aniversário da Escola, Semana da Criança, Dia da Família na escola, Mostras Culturais e outras datas comemorativas, além da participação no acompanhamento pedagógico, no Colegiado e Caixa escolar.

O colegiado escolar é órgão representativo da comunidade e tem respeitadas normas legais vigentes, função deliberativa, consultiva, de monitoramento e avaliação nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira. A princípio, as funções deliberativas compreendem as decisões relativas às diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras, previstas no regimento do Centro Municipal de Educação Infantil “Alegria do Saber”.

Em seguida, as funções consultivas referem-se à análise de questões encaminhadas pelos diversos segmentos do Centro Municipal de Educação Infantil. Conseqüentemente, as funções consultivas referem-se à análise de questões encaminhadas pelos diversos segmentos do Centro Municipal de Educação Infantil e apresentação de sugestões para solução de problemas.

Por fim, definem-se as funções de monitoramento e avaliação referem-se ao acompanhamento da execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras e à avaliação do cumprimento das normas do Centro Municipal de Educação Infantil e de sua proposta Pedagógica.

No CMEI “Alegria do Saber”, o colegiado foi criado em 29/03/2011 com mandato de 02 anos e tem como objetivo a tomada de decisões e de análises dos problemas da escola. Ele representa uma mudança, tanto no processo de tomada de decisão, administrativas e pedagógicas, como nas formas de relacionamento com a comunidade e com os órgãos superiores de administração educacional. Constitui também em um projeto que se deve assumir para a construção de uma nova escola. Todos são coresponsáveis por aquilo que há de educativo no processo pedagógico com a participação dos funcionários, pais de alunos e comunidade interessada nos problemas de educação. Prevê para os próximos anos a utilização de recursos financeiros de acordo com o plano de ação que será elaborado pelos membros do Caixa Escolar, juntamente com a comunidade, visando melhorias e atendendo às prioridades necessárias ao bom funcionamento do CMEI.

O Caixa Escolar tem por finalidade congregar iniciativas comunitárias, com o objetivo de contribuir para o funcionamento efetivo e criativo do Centro Municipal de Educação Infantil “Alegria do Saber”, assim como promover em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa do ensino e ainda, colaborar na execução de uma política de concepção do Centro Municipal de Educação Infantil como agência comunitária em seu sentido mais amplo. O Caixa Escolar não tem fins lucrativos e sua duração é determinada de ano em ano. A diretoria é constituída de um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, além dos membros efetivos e suplentes, que são escolhidos trienalmente, pela Assembleia Geral, o primeiro dentre os pais dos alunos ou responsáveis, e o segundo, pessoas do magistério ou da administração da Unidade escolar a reeleição.

Para implementar a participação democrática, na gestão escolar, o CMEI conta ainda com a Comissão de Acompanhamento do Calendário Escolar, que busca atender as condições propostas no tempo escolar e legislação vigente, essa instituição recebe a colaboração de uma comissão de funcionários lotados neste centro, alguns pais ou responsáveis e membros do Colegiado para elaborar e

acompanhar o calendário escolar de acordo com as orientações da SEMED.

O quadro de funcionários do Centro Municipal de Educação Infantil “Alegria do Saber” é composto por servidores habilitados de acordo com a exigência da LDB 9.394/96 e tem como tarefa investir de maneira sistemática na capacitação e atualização permanente dos profissionais da unidade escolar. Durante o ano letivo, o CRPE (Centro de Referência dos Profissionais de Educação), com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), oferece vários cursos onde os profissionais dos Centros Municipais de Educação que são convidados a participarem sem prejuízo da carga horária da criança. Há, mensalmente, na SEMED, uma reunião para formação continuada dos diretores das unidades escolares municipais.

A transição da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental deve acontecer de forma tranquila facilitando a continuidade de seu processo de desenvolvimento. Para que isso aconteça, além dos registros do processo de ensino e aprendizagem das crianças, os professores e a Direção do C.M.E.I se propõem a fazer uma interface com Escolas de Ensino Fundamental, articulando o trabalho das mesmas, apontando estratégias que contribuam para o desenvolvimento global da criança. É importante que as crianças continuem brincando e se expressando por meio das múltiplas linguagens, sendo cuidadas e tendo oportunidade de construir valores éticos e estéticos no Ensino Fundamental.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho no CMEI Alegria de Saber, são pautadas nas relações de respeito harmonia e participação coletiva e está sempre em consonância com as leis que regem o país, estado e o município. Segundo Constituição Federal (1988) “a obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática” são os princípios básicos para a educação brasileira.

Diante disso, e respeitando a LDB nº 9.394 em seu título II, artigo 3º inciso VII – que diz da “valorização do profissional da educação escolar”, e inciso VIII que pede uma “gestão democrática do ensino público”, o CMEI Alegria de Saber

preconiza a participação coletiva e a valorização dos profissionais, que ainda são esquecidos pelo poder público,

Os professores, como agentes de mudanças e formadores das novas gerações, são essenciais para a sociedade e para o desenvolvimento de um país, mas infelizmente nem sempre são respeitados nos seus direitos e valorizados pela sociedade e o Poder Público (JOAQUIM, 2008.p1)

Atualmente os professores e demais funcionários não aceitam uma relação de poder e centralizadora. A gestão atual do referido CMEI não se apresenta autoritária, aponta sugestões e acredita no diálogo como a melhor forma de propor mudanças.

Compreender as relações de poder na escola é necessário no sentido de apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc). (AREDES, s/d, p. 2)

Quando acontecem as relações de conflito entre as crianças de 3 e 5 anos, o educador procura ser o mediador, fazendo a intervenção, mostrando sua desaprovação e como o outro se machucou ou ficou triste. É comum nesta idade acontecer as mordidas, neste caso, chamamos os pais do agressor e do agredido, conversamos com eles, explicamos as fases de desenvolvimento infantil, principalmente a fase oral que ainda comum nesta idade.

Outra situação conflituosa de inseguranças e incertezas está ligada à sexualidade. Este é um tema polêmico, pois muitos professores não sabem lidar com as mais diversas situações que acontecem nas salas de aula e nos recreios de uma escola de educação Infantil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), defendem a importância de se trabalhar o assunto como tema transversal.

Para ALTMANN (2012 p.7 e p.12) É importante que nos momentos de planejamento ou formação os professores estudem e leiam diversas literaturas sobre o tema sexualidade. Nas reuniões de pais seja abordado o tema. Assim podem utilizar de estratégias que possam ajudar as crianças e famílias.

é por meio das relações que estabelecem em situações imaginárias que as crianças incorporam aspectos da cultura em que vive. É a partir da brincadeira que ela poderá desenvolver seu pensamento abstrato, refletir e, talvez, modificar o curso das situações que recria. (ALTMANN, 2012,P. 7)

O trabalho conjunto entre educadoras(es), família e demais profissionais pode construir uma visão de infância e sexualidade que dê conta das manifestações que ocorrem no ambiente escolar e em casa. A pesquisa também mostrou a necessidade da escola reconsiderar materiais didáticos, livros infantis, brinquedos, espaços, para que os (as) educadores (as) tenham suporte físico e material para desenvolver um trabalho sobre sexualidade voltado para as crianças. (ALTMANN, 2012 P.12)

Mesmo sabendo que Constituição Federal em seu artigo 114 inciso VI estabelece que existem “as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho” e que a LDB estabelece em seu artigo 13, inciso VI diz ser necessário “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”, porém muitas vezes os professores não se mostram interessados em participar dos projetos que envolvam a escola e comunidade, sempre sobrecarregando um turno ou um grupo de professores. Há também aqueles que desrespeitam seus colegas ou pais até mesmo os alunos. Desta forma, gestores, professores demais funcionários, pais e alunos estão vinculados às leis vigentes devendo cumpri-las, respeitando a todos em seu local de trabalho e preservando patrimônio público.

É importante ressaltar que de acordo com o RCNEI(1988) o trabalho dos professores que atuam na educação infantil seja focado em uma aprendizagem significativa em todos os aspectos das múltiplas linguagens que são próprias da criança pequena, imaginação, ludicidade, simbolismo e representação, além de conhecer as fases do desenvolvimento infantil

[...]que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São 3 instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (RCNEI, 1998, p. 41)

O CMEI Alegria de Saber conta hoje com 30 funcionários e relações de trabalho existentes na escola às vezes se torna um dificultador, para uma educação de qualidade, diante das diferenças entre as pessoas, tanto nos profissionais da

escola como pais e alunos. As regras e as normas vigentes no CMEI são elaboradas juntos com a comunidade escolar, como diz o Código de Convivência, item da Proposta Pedagógica de 2013 da referida escola.

O relacionamento na comunidade escolar do CMEI Alegria de Saber é tranquilo com sinais de respeito, harmonia e participação. Há tentativas de aceitação nas normas de convivência uma vez que elas são feitas junto à comunidade escolar. Construímos regras também com as crianças através de jogos infantis, uso do espaço, de cordialidade, organização do tempo, materiais de uso, cumprimento de atividades, cooperação, respeito e participação, conseguindo assim as regras de comportamento moral a partir das necessidades explícitas pelas crianças. Os projetos desenvolvidos junto à comunidade (Afetividade, Meio Ambiente) e as diversas formas de reuniões no CMEI favorecem a participação de toda a comunidade.(PP CMEI Alegria de Saber, 2013 p.17)

Quando acontece conflito entre funcionários o diretor escolar se torna o mediador e conciliador tentando amenizar a situação. No caso grave em que a intervenção do gestor não foi bem sucedida, torna-se necessário a realização de ata descrevendo a situação, e posteriormente tomar as medidas administrativas cabíveis. Para auxiliar neste processo, como mediador das relações, a gestão atual desenvolve um projeto em parceria com o psicólogo Ernane Lemos, que através de conversas e dinâmicas, alivia as tensões nas relações interpessoais e melhorando convivência.

A escola deve demonstrar transparência nos gastos das verbas, e comunicar às famílias o que acontece com a criança na escola, como também comunicar sobre os acontecimentos, dias letivos, feriados e recessos até o cardápio deve ser compartilhado. Assim acontece uma democracia na gestão que é compartilhada.

No contexto das relações de trabalho a família é parte fundamental, pois se escolheu a referida escola é porque as ideias, os projetos, enfim a proposta pedagógica está de acordo com que acreditam. Assim, independente da formação ou estrutura familiar, a que pertencem nossos alunos, é importante tecer boas as relações.

[...] se há concordância acerca do conteúdo, método e da qualidade do ensino oferecido pela escola, isto é, apoio tácito dos pais/mães, e

aprendizagem satisfatória dos filhos/as, isto é, convergência positiva do aproveitamento individual e da eficácia escolar, tudo vai bem nas relações família–escola. (CARVALHO, 2004- p.45)

Portando as relações de trabalho do CMEI Alegria de Saber, mesmo com as dificuldades encontradas, valoriza e incentiva a “presença educativa” que busca melhoria na qualidade das relações. O estar presente de corpo e alma nas atividades com criança pequena se faz nos gestos nos olhares, no toque e principalmente no acolhimento e no cuidado, uma se revelando para outra, como relata COSTA (s.d.).

A Pedagogia da Presença representa um passo na direção do grande esforço, que se faz necessário, para a melhoria da qualidade da relação estabelecida entre educador e educando, tendo como base a influência construtiva, criativa e solidária favorável ao desenvolvimento pessoal e social das crianças, adolescentes e jovens. A Presença Educativa diz respeito a um relacionamento onde duas pessoas se revelam uma para a outra. O educador tem que deixar sua vida ser penetrada pela vida do educando. Isso requer abertura, troca, respeito mútuo, reciprocidade, ou seja, tem que haver um comércio singelo entre as pessoas. Na realidade, é uma troca de “pequenos nada”. (COSTA, s.d. p.01)

Como a vida é um aprender contínuo, todos os educadores estão sempre ensinado e aprendendo. Na escola aprende-se com os colegas e com as crianças pois há uma enorme diversidade de opiniões e atitudes que rodeiam o ambiente de trabalho. E uma opção para a gestão nas relações de trabalho é investir na “resiliência” que segundo COSTA(s.d.)

é capacidade de resistir e crescer na adversidade - como ocorre com a capacidade de fazer-se presente - não é um dom inato, uma característica rara de pessoas muito especiais. Trata-se - em minha visão de educador - de alguma coisa que pode ser ensinada e aprendida. [...] E trabalha os eixos : eixo da relação consigo mesmo; O eixo da relação com a sua circunstância; O eixo da relação com o tempo [...]está relacionada com a amplitude, a profundidade e a abertura do campo perceptual de cada pessoa.(COSTA, s,d,p.15)

Enfim, uma gestão que se diz democrática nunca deve estar isolada, mas sim permanecer ligada às ações da equipe escolar, unido o grupo, criando parcerias com família e comunidade, numa vivência harmoniosa de valores e respeito às diferenças e às diversidades advindas de cada um dos atores do processo educativo que visa uma qualidade na educação.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma prática social presente no sistema educacional. Através dela é possível atribuir juízo valorativo, qualificando e quantificando o elemento ou objeto, para Luckesi (1996, p. 33), avaliar "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". Através do processo avaliativo também é possível,

... identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. Isto serve tanto para a avaliação institucional quanto para a avaliação de aprendizagem. (SOUZA, 2005, p.17-22)

A partir do artigo 31, da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 entende-se que a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. No CMEI "Alegria do Saber" a avaliação das crianças é um processo contínuo e construtivo, realizada primeiramente através de observações do professor quanto à capacidade de concentração e envolvimento dos alunos nas atividades em geral em seguida são utilizados instrumentos para auxiliar esse processo como anamnese, portfólio, caderno de registro diário e individual da criança feito pelo professor: e por fim a ficha avaliativa seguida do relatório.

De acordo com a necessidade, o CMEI lança mão de estratégias de trabalho diferenciado, após as avaliações diárias e bimestrais, caso os professores percebam dificuldades nos alunos quanto à linguagem, defasagem motora e/ou intelectual, auditiva, visual e etc., estes podem solicitar uma visita e avaliação mais precisa da psicóloga e/ou profissionais específicos.

Além disso, realiza-se no CMEI, a avaliação institucional, pautando nas relações democráticas, conhecendo e valorizando a autonomia e adaptação de cada um. Isso ocorre tanto dentro da equipe (funcionários e estagiários), quanto para com as crianças. A Secretaria Municipal de Educação sugere a realização da auto avaliação da unidade pelos funcionários e comunidade do CMEI, tomando como base o fascículo Indicador da Qualidade da Educação Infantil que objetiva a

construção do plano de trabalho, visando melhorias já alcançadas pela unidade escolar, e principalmente, as atividades que devem ser mantidas, e ainda, os pontos a serem melhorados. Por fim, ao final de cada ano letivo, é proposto um momento de reflexão, em que os profissionais do CMEI “Alegria do Saber” se reúnem considerando as questões inerentes ao desenvolvimento do aluno e da própria instituição, com a finalidade de construir uma educação de qualidade.

O relacionamento na comunidade escolar do CMEI “Alegria do Saber” costuma ser tranquilo, pautado pelo respeito, harmonia e participação.. Construimos regras também com as crianças através de jogos infantis, uso do espaço, de cordialidade, organização do tempo, materiais de uso, cumprimento de atividades, cooperação, respeito e participação, conseguindo assim as regras de comportamento moral a partir das necessidades explícitas pelas crianças. Os projetos desenvolvidos junto à comunidade como: Afetividade, Meio Ambiente e Educar para a Pesquisa.

Navarro (2010) identifica o Conselho Escolar como elemento essencial a prática avaliativa escolar, com isso, deve ser considerado o processo e não simplesmente o produto, pois é necessário ter uma visão mais abrangente, global da escola e conseqüentemente situar o desempenho integral do estudante. Além disso, é preciso diferenciar a avaliação da aprendizagem da avaliação escolar, segundo Souza,

Mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive, interdependentes. A avaliação da aprendizagem, [...] serve tanto para a análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional. SOUZA(2010, P 33)

Nesse sentido, compreende-se que a avaliação envolve os diversos integrantes que compõem o ambiente escolar e suas variadas dimensões tanto no que diz respeito a educação formal quanto a informal. Assim, a avaliação institucional deve envolver, segundo a Escola de Gestores:

...os professores são avaliados pelos alunos, por seus pares, pelos técnicos e pelos dirigentes da escola. O diretor e outros profissionais são avaliados pelos alunos; a infra-estrutura disponível é sempre analisada como fator que facilita ou dificulta o desenvolvimento das atividades; o currículo é objeto de

apreciação, particularmente pelo corpo docente; as relações de trabalho e de poder são analisadas quanto ao seu potencial de promoverem ou não um clima favorável no contexto escolar. SOUZA(2010, P 38)

Ocorre também a Avaliação de Desempenho do Profissional da Educação. Esse instrumento é elaborado pela Secretaria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Divinópolis e tem por finalidade estimular o aprimoramento do profissional, valorizando suas potencialidades ou, oportunizando rever e possivelmente corrigir suas dificuldades.

Já a Avaliação Institucional tem como princípio a construção coletiva do trabalho do CMEI de forma democrática e participativa. Assim é o trabalho no Centro Municipal de Educação Infantil “Alegria do Saber”. Este compreende a escola como espaço vivo, pluralista, comprometido com práticas coletivas de discussão e de participação de toda a comunidade escolar respeitando cada pessoa como ser humano capaz de contribuir com algo. Estabelece como princípio o fortalecimento da autonomia escolar, a construção coletiva das propostas de ação através de uma participação democrática enquanto condição fundamental para uma administração ética do espaço educativo.

A avaliação que essa unidade escolar propõe ser contínua, dinâmica, investigativa. Contínua por permitir acompanhamento ao progresso do aluno, suas dificuldades e possibilidades durante o processo; dinâmica, porque utilizará diferentes instrumentos de reflexão de seus resultados, incluindo a participação dos alunos, dos pais e de outros educadores envolvidos; investigativa, por visar ao levantamento e mapeamento de dados. Esses dados deverão constituir-se à reflexão da prática pedagógica do coletivo.

Desta forma, todos os setores do Centro Municipal de Educação Infantil “Alegria do Saber” se propõem a cumprir o processo de discussão e construção coletiva para o planejamento das atividades pedagógicas, destacando-as como base de toda ação que se diz democrática e participativa. Os resultados obtidos no processo de avaliação devem subsidiar, partindo da história vivida pela criança na Educação Infantil, sua vida escolar, evidenciando sua globalidade, visto que o processo da educação é ação contínua; assim considerando, não deve haver ruptura entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Finalmente é fundamental que o planejamento e a avaliação sejam realizados através de estratégias que permitam o acompanhamento e o registro dos objetivos alcançados, sendo, um real instrumento de diagnósticos e tomada de decisões, através do quais os educadores podem verificar a qualidade de seu trabalho e avaliar as relações estabelecidas com as famílias das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento do trabalho apresentado percebe-se a importância de um Projeto Político Pedagógico norteando as atividades da escola. É importante ressaltar sobre esta construção coletiva, sobre a gestão democrática e, sobretudo as considerações e o respeito á comunidade local, atendendo os alunos de forma adequada e cumprindo com o verdadeiro papel da escola que é um ensino de qualidade.

No Centro Municipal de Educação Infantil Alegria de Saber muitos avanços foram concretizados desde sua municipalização no final de 2007, como a valorização e o respeito à criança pequena, a reflexão sobre o perfil do educador, a abertura para a formação de professores e a participação das famílias na escola.

A Educação Infantil avançou desde sua inclusão na Constituição Federal de 1988. Acredita-se que avançará mais ainda devido à alteração na LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) por meio da Lei nº 12.796, artigo 06, de 04 de abril de 2013, torna-se obrigatório o ensino de 4 a 17 anos.

Há ainda muito que modificar, muito a construir juntos, como o conhecimento, o entendimento e a preocupação com as políticas públicas na EI, as relações interpessoais e o avanço da criação do currículo. A qualidade quanto aos espaços físicos no atendimento às crianças pequenas e a demanda de 2 anos ainda é outro grande desafio. Desde já todos os envolvidos no processo escolar do CMEI Alegria de Saber precisam envolver em um amplo processo de renovação de práticas.

REFERÊNCIAS

ALTHUON, Beate. **Família e Escola: Uma parceria possível?** Revista Pedagógica

ALTMANN, Helena. CARVALHO, Gabriella Elaine Fagundes de. **Sexualidade Na Educação Infantil: Entre o Silenciamento e a Vigilância**, Artíficos Revista do Difere - ISSN 2179 6505, v. 2, n.4, dez/2012. Disponível em: <http://www.artificios.ufpa.br/Artigos/D%20Helena.pdf>. Acesso 13 de maio de 2013

AREDES, Alaíde Pereira J. GUIRALDEZ, Candido Vieitez
As Relações de Trabalho no Cotidiano Escolar À Luz da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas s/d. Disponível em: <http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/10/artigos/AREDES.pdf> . Acesso em 05 de maio de 2013

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 10/3/2013

BARBOSA Maria Carmen Silveira e HORN Maria da Graça Souza - 01/10/2011.
Organização do Espaço e do Tempo na Educação Infantil (fragmentos). Disponível em: <http://educacaoinfantilsantamariadf.blogspot.com.br/2011/10/organizacao-do-espaco-e-do-tempo-na.html>: Acesso em 02 de maio de 2013

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: RIDELL, 1999.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 - página 1 - artigo 06. Diário Oficial da União Disponível em: http://download.uol.com.br/educacao/do_5abril2013_pagina1.pdf. Acesso em 13 de maio 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996.

_____. **Constituição da República federativa do brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 04 de maio 2013

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil. Brasília : MEC, SEB, 2006. 45 p. : il. 1. Educação infantil. 2. Infra-estrutura escolar. I. Título. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparinfestencarte.pdf> - Acesso em 30 de abril 2013

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil /**

Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo. 1. Educação infantil. 2. Criança em idade pré-escolar. I. Título. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pdf> acesso em 2 de maio de 2013

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Vigilância Sanitária e Escola: parceiros na construção da cidadania/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. — Brasília: Anvisa, 2008. 120 p. ISBN 978-85-88233-34-8 http://www.anvisa.gov.br/propaganda/manual_visaescola_profissionais.pdf - Acesso em :02 de maio 2013

_____. PARECER CNE/CEB Nº:20/2009-COLEGIADO:CEB-APROVADO EM: 11/11/2009-Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica UF: DF- **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** Raimundo Moacir Mendes Feitosa- PROCESSO Nº: 23001.000038/2009-14 Parecer Homologado Despacho do Ministro, Publicado no D.O.U. De 9/12/2009, Seção 1, Pág. 14. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12745 Acesso em: 02/ de maio de 2013

BARBOSA Maria Carmen Silveira e HORN Maria da Graça Souza - 01/10/2011. **Organização do Espaço e do Tempo na Educação Infantil (fragmentos)**. Disponível em: <http://educacaoinfantilsantamariadf.blogspot.com.br/2011/10/organizacao-do-espaco-e-do-tempo-na.html>: Acesso em 02 de maio de 2013

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. Carvalho, Maria Eulina Pessoa de, Modos de Educação, Gênero e Relações Escola–Família Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004 41 Modos de educação...p. 41-58, jan./abr. 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf>

COSTA, Antonio Carlos Gomes. Textos diversos - **Pedagogia da Presença**. s.d - Disponível em: http://api.ning.com/files/5NsBNm3M5r3XD-bi*syIKy62iSihimTumX6ACUcyoXw_/PilarIITextosDiversosAntonioCarlosGomesdaCosta.pdf . Acesso em 04 de maio 2013

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 01/03/2013.

DICIONÁRIO INFORMAL ON LINE. Definição de Estrutura. <http://www.dicionarioinformal.com.br/ESTRUTURA/>. Acesso em 13 de maio de 2013

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 20/4/2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar:** a síntese necessária. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 03/03/2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação institucional: elementos para discussão.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 03/03/2013.
Faria, Vitoria. Currículo na Educação Infantil: Diálogos com demais elementos da Proposta Pedagógica. SP: Scipione, 2007.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em 05/03/2013.

Jornal Oficial Município de Divinópolis – Edição 253 – De 1º a 7 de novembro de 2007

JOAQUIM, Nelson. **Direitos, deveres e valorização dos professores nas relações de trabalho.** Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1672, 29jan.2008 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/10890>>. Acesso em: 3 maio 2013.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica** - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

LIBÂNEO, José Carlos. **“O sistema de organização e gestão da escola”** In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática.** 4ªed. Goiânia: Alternativa, 2001. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB_Gest%C3%A3o.pdf>. Acesso em 20 abr.2013

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, Para quê?.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000. LIBÂNEO, José Carlos.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática** . Goiânia: Ed. Alternativa, 5ª edição, 2004.

LUCKESI, C. **Avaliação da Aprendizagem na Escola,** Colégio Uirapuru, Sorocaba, SP, 8 de outubro de 1996.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 01/03/2013.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto** - 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 03/03/2013.

NOGUEIRA, Neide. **A relação entre escola e comunidade na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Revista Pedagógica PÁTIO: Comunidade e Escola – Integração Nacional. Porto Alegre: ARTIMED, 1999, ano 3. Nº 10, p. 13-17.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 03/0/2013.

PARO, Vitor Henrique. **A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental**. Disponível em: seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19242/11168. *RBPAE – v.24, n.1, p. 127-133, jan./abr. 2008*: Acesso em 20 abr.2013

PÁTIO: Comunidade e Escola – A integração Necessária. Porto Alegre: ARTIMED, 1999, ano 3 Nº 10, p. 49-51.

Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 443/2001 de 29 de maio de 2001. Portaria da SEE nº 30/08 MG – 13/11/08. **Autorização do funcionamento de Educação Infantil (creche e Pré-Escola)**. Disponível em: www.divinopolis.mg.gov.br

PORTES, E.A. **O trabalho escolar das famílias populares**. Em NOGUEIRA, M.A.; PRADO, Danda. O que é família. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos) Proposta Pedagógica do CMEI Isaura Ferreira – 2013 Referencial Curricular Nacional para a educação infantil/Ministério da Educação/ secretaria da educação Básica – Brasília: MEC/SEF, 1998.

PROPOSTA PEDAGÓGICA **Escola Alegria do Saber**. DIVINÓPOLIS. 2012. Divinópolis, MG

ROMANELLI, G. ZAGO, N. (Orgs). **Família e escola: Trajetória da escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 61 - 80.

SACRISTÁN, J.Gimeno – **Uma reflexão sobre a prática**, 2000, 3ª edição, Artmed Santos e Paraíso, Lucíola Licínio – Texto 1 – Currículo

SMOLE, Katia Stocco – **O que define um currículo de qualidade**, SP, 2012.

SANTOS, B S. **Uma concepção multicultural de direitos humanos**. IN: LUA NOVA. Revista de Cultura e Política. Nº 39, São Paulo: 1997.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 20/04/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 05/03/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional:: A avaliação da escola como instituição** – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 03/03/2013.

UNESCO. Proyecto **Regional de Indicadores Educativos**. Panorama educativo de las Américas: Informe Regional, Santiago de Chile, 2002 .

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1998.p.11-35. Disponível em: <http://pedagogia.dmd2.webfactional.com/media/gt/VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf> - Acesso em 11 de maio de 2013.

ANEXOS

ANEXO A: CALENDÁRIO ESCOLAR 2013

ANEXO B: GRADE CURRICULAR

ANEXO C

CAPACIDADES REFERENTES A CADA IDADE:

02 ANOS: - No final do ano letivo a criança deverá ser capaz de:

- Interagir com colegas e funcionários do CMEI;
- Alimentar-se sozinho;
- Expressar-se da fala;
- Pronunciar as palavras corretamente;
- Acatar ordens simples e claras;
- Pular, correr, subir, engatinhar, caminhar com desenvoltura, equilibrar;
- Chutar e arremessar bola;
- Rasgar e embolar papel;
- Controlar esfíncteres;
- Identificar partes do corpo• Adquirir hábitos sociais: espera e pedir vez, fazer do banheiro adequadamente, aprender organizar-se na hora das refeições;
- Respeitar regras simples de convívio social;
- Participar de situações que envolvam a relação com o outro;
- Realizar pequenas ações cotidianas ao seu alcance, revelando maior independência;
- Reconhecer o próprio corpo e as diferentes sensações e ritmos que ele produz;
- Apontar, nomear e identificar partes do corpo;

- Explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressarem-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;
- Deslocar-se com destreza progressivamente no espaço ao andar, pular, desenvolvendo atitudes motoras;

03 ANOS - No final do ano letivo a criança deverá ser capaz de:

- Adquirir hábitos sociais: espera e pedir vez, fazer uso do banheiro adequadamente, aprender a organizar-se na hora das refeições;
- Respeitar regras simples de convívio social;
- Participar de situações que envolvam a relação com o outro;
- Realizar pequenas ações cotidianas ao seu alcance, revelando maior independência;
- Reconhecer o próprio corpo e as diferentes sensações e ritmos que ele produz;
- Apontar, nomear e identificar partes do corpo;
- Explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressarem-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;
- Deslocar-se com destreza progressivamente no espaço ao andar, pular, desenvolvendo atitudes motoras;
- Ter contato com a tesoura. Rasgar e amassar papel;
- Aprimorar progressivamente a linguagem oral, ampliando o vocabulário;
- Fazer imitações, realizar imitações diferentes (na ausência de modelos);
- Reconhecer as letras do alfabeto, a partir do próprio nome;
- Verbalizar sua idade demonstrando-a com os dedos;
- Ter contatos com numerais, distinguindo-as das letras;
- Participar de jogos da memória até 5 pares;
- Ter noção de alguns conceitos matemáticos (embaixo, em cima, ao lado, grande, pequeno, pouco, muito);
- Realizar classificação e ordenação com critérios próprios;
- Reconhecer, diferenciar e nomear as cores primárias;
- Recitar poesias;

- Fazer contato com diversos tipos de textos (narrações, versos, parlendas, adivinhas, canções, receitas, listas, poesias);
- Interessar-se pela leitura de histórias:
- Criar histórias a partir de figuras ou cenas;
- Participar da produção de textos coletivos;
- Descrever cenas de livros e gravuras;
- Estabelecer semelhanças e diferenças de objetos/gravuras;
- Associar frases a figuras.

04 ANOS – No final do ano letivo a criança deverá ser capaz de:

- Estabelecer regras de respeito e amizade com os colegas, professores e os demais;
- Adquirir hábitos de higiene pessoal e ambiental;
- Localizar-se dentro da rotina escolar;
- Representar graficamente o próprio corpo e nomear corretamente as partes;
- Dominar satisfatoriamente o esquema corporal;
- Coordenar, em exercícios físicos, movimentos de braços e pernas;
- Acompanhar ritmos diferentes;
- Ter equilíbrio nas situações diversas;
- Vestir-se sozinho;
- Ter boa postura nas atividades livres e dirigidas;
- Ser capaz de fazer suas escolhas;
- Expor e representar de várias maneiras suas idéias;
- Nomear gradativamente sentimentos (raiva, medo, alegria...);
- Relatar pequenos recados, histórias e fatos, com organização gradativa do pensamento;
- Comunicar-se adequadamente em situações diversas;
- Aprimorar a linguagem oral, quanto à pronúncia correta, para fazer recortes livres e dirigidos em linhas retas;
- Colorir os próprios desenhos, começando a respeitar limites e contornos;

- Desenhar representações gradativas de cenas ouvidas e situações vivenciadas;
- Fazer dobraduras dirigidas e simples;
- Utilizar recursos gráficos como desenho e registro espontâneo, além do gesto e da expressão corporal;
- Identificar o próprio nome e os dos colegas;
- Diferenciar letra, desenho e números;
- Perceber progressivamente a função social da escrita em situações de registro e comunicação;
- Adquirir mais autonomia;
- Nomear sentimentos;
- Relatar pequenos recados, fatos, histórias e etc;
- Coordenar movimentos de braços e pernas;
- Utilizar a tesoura corretamente;
- Identificar o próprio nome e o dos colegas;
- Diferenciar desenhos, letras e números;
- Realizar pseudoleituras;
- Nomear algumas letras do alfabeto;
- Escrever corretamente seu nome;
- Estabelecer contato com diversos tipos de textos (narrações, poesias, parlendas, receitas, canções, listas, adivinhas e etc);
- Evoluir na hipótese escrita do nível pré-silábico com letras para o silábico;
- Participar de produções de textos coletivas;
- Ser capaz de copiar palavras e pelo menos uma frase do quadro;
- Perceber e utilizar o direcionamento correto da escrita;
- Associar frases à figura;
- Fazer reconto de poesias, histórias e notícias;
- Interpretar oralmente pequenos textos lidos pelo professor;
- Pesquisar fatos contextualizados;
- Perceber progressivamente a seqüência lógica e temporal dos eventos e relatos (início, meio, fim);

- Fazer registros espontâneos de números e situações vivenciadas;
- Ter noção de tempo (ontem, hoje, amanhã);
- Reconhecer pequenas quantidades;
- Reconhecer os algarismos e escrever gradativamente até o 9;
- Realizar classificação e ordenação com critérios estabelecidos por si próprios;
- Utilizar gradativamente os numerais adequados em situações de contagem e uso social;
- Reconhecer as formas geométricas básicas (círculo, quadrado, retângulo e triângulos);
- Ter noção de conceitos matemáticos mais amplos;
- Compreender e aceitar regras simples de jogos;
- Vivenciar experiências de natureza química, física e biológica;
- Desenvolver gradativamente critérios e métodos de pesquisas;
- Ter noção de onde mora, onde é a sua casa, observando e descrevendo o caminho percorrido;
- Pesquisar, apreciar e reproduzir obras de artes de autores e temas explorados;
- Criar histórias a partir de figuras ou cenas;
- Recitar poesias;
- Dramatizar personagens ou falas;
- Fazer registros espontâneos de números.

05 ANOS - No final do ano letivo o aluno deverá ser capaz de:

- Compreender e cumprir normas e regras simples;
- Estabelecer e cumprir regras de respeito e amizade;
- Dominar satisfatoriamente o esquema corporal;
- Andar, correr, e saltar sem dificuldades;
- Iniciar o movimento de pular corda;
- Quicar a bola com as mãos algumas vezes seguidas;
- Representar graficamente o próprio corpo com detalhes;
- Manusear a tesoura com destreza;

- Colorir seus próprios desenhos, respeitando limites e contorno;
- Recortar gravuras ou cenas e monta-las novamente ou criar novas personagens a partir delas;
- Desenhar com objetividade e clareza gradativa as representações (formas);
- Fazer dobraduras dirigidas;
- Desenhar gradativamente cenas ouvidas oralmente ou situações vivenciadas;
- Ter boa postura nas atividades livres e dirigidas;
- Descrever, com ilustrações, personagens, passagens de seu dia-a-dia ou cenas de uma viagem;
- Relatar fatos ocorridos com seqüência lógica e segurança;
- Aprimorar a linguagem oral quanto à postura e influência verbal;
- Transmitir recados;
- Associar determinadas atividades do dia da semana;
- Fazer reconto de poesias, histórias, fatos e notícias;
- Dramatizar personagens e falas;
- Ter noção de onde mora, onde é sua escola, observando e descrevendo o caminho percorrido;
- Colocar-se no lugar de personagens de história, imitando e verbalizando sentimentos;
- Reconhecer estilos musicais diferentes;
- Nomear todas as letras do alfabeto;
- Desenvolver hábitos de leitura de livros e textos;
- Avançar na hipótese da escrita;
- Fazer registros espontâneos de situações contextualizadas;
- Utilizar a escrita para registro e comunicação;
- Diferenciar diversos tipos de textos (listas, receitas, bulas, contos, poemas, canções, histórias em quadrinhos, textos jornalísticos);
- Participar de produção de textos coletivos;
- Realizar pseudoleituras;
- Reconhecer palavras em pequenos textos;

- Escrever o nome corretamente e escrever o nome de quase todos os colegas da turma;
- Realizar pequenas cópias (até três frases);
- Empregar corretamente os numerais em situações de uso social;
- Reconhecer e escrever os números corretamente;
- Conhecer suas medidas de altura, peso e sapato;
- Perceber gradativamente o sistema de medidas em situação de uso social;
- Realizar classificação e ordenação com critério;
- Registrar quantidades com numerais;
- Reconhecer novas formas geométricas além do círculo, quadrado, retângulo;
- Jogar e realizar atividades de desafios, aceitando e respeitando os resultados finais;
- Participar de jogos com regras simples e já ser capaz de registrar algum dado;
- Reconhecer os sólidos geométricos já explorados;
- Ter contato com referências da vida e obra dos autores e pintores;
- Pesquisar, apreciar e reproduzir obras de artes.

ANEXO B

SUGESTÕES DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Partindo do pressuposto que não se deve separar teoria e prática, apresentam-se nesse capítulo algumas atividades e ações vivenciadas nas experiências da prática sustentável na educação infantil.

As atividades a seguir estão longe de se apresentarem como práticas inéditas, no entanto, constituem-se como técnicas e atitudes que buscam trabalhar com as crianças (de 3 a 5 anos) a importância de exercitar a sustentabilidade e se praticar a política dos 4 R: REDUZIR – REUTILIZAR – RECICLAR – REPENSAR

5.1 ATIVIDADE 1: Confeção de brinquedos de sucata – 2/3 anos

Disponibilizar para as crianças (3 anos) sucatas em geral (lixo seco limpo) assim como materiais básicos como: cordão, cola, tesoura e fita adesiva. Deixar as crianças livres para ajudar na criação de brinquedos a partir da sucata. Depois, deixar a turminha brincar com material produzido e por fim, promover uma exposição para escola e familiares.

5.2 ATIVIDADE 2: Em busca de “tesouros ambientais” – 4 anos

Visitar um local da escola ou área próxima, em que as crianças (4 anos) tenham contato com os “tesouros da natureza”, que podem ser: árvores, plantas, insetos, demais animais e ainda seres inanimados. O/a educador(a) deve incentivar ao máximo a utilização de todos os sentidos e fomentar a identificação de semelhanças e diferenças entre os “tesouros” analisados. Além disso, deve-se conversar sobre a diversidade natural de cada ser vivo ou objeto inanimado existente no local e ainda falar sobre a importância para o meio ambiente e ser humano. Em seguida fazer registro em desenho e expor em painel para escola e familiares.

5.3 ATIVIDADE 3: Coleta Seletiva – 5/6 anos

Selecionar diversos tipos de resíduos (metal, plástico, papel, vidro e material orgânico). Resguardar que o material esteja limpo e não seja contaminante. Informar as crianças sobre a coleta seletiva e o significado da cor de cada container (lixeira).

Amarelo: metal (latinha de refrigerante, lata de óleo e leite em pó)

Vermelho: plástico (sacos e sacolas, embalagens de margarina e PET)

Verde: Vidro (garrafas de refrigerante e copos, vidros de maionese e doces)

Azul: papel (folha de papel, revistas, jornais, cadernos e livros velhos)

Distribuir as crianças em grupos, e em ordem, cada grupo deverá separar os resíduos de acordo com seu destino correto. Em seguida, sugere-se a confecção de jogo da memória da coleta seletiva e que o mesmo seja levado para casa para realizar o jogo e a conscientização ambiental praticando a coleta seletiva em casa.

5.4 ATIVIDADE 4: Trilha ecológica – todas as idades

Levar as crianças a realizar uma trilha pelo entorno da escola ou unidade de conservação, quando possível, ou até mesmo agendar uma visita a Estação Ecológica da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com objetivo de desenvolver a conscientização ambiental, o respeito ao meio ambiente e biota local.

Além das atividades propostas, alguns sites disponibilizam brincadeiras online de conscientização ambiental como por exemplo:

- ❖ <http://www.escolagames.com.br/jogos/coletaSeletiva/>
- ❖ <http://jogosonlinegratis.uol.com.br/jogoonline/meio-ambiente/>
- ❖ <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/jogos-verdes-gratis>

Além disso, a Gestão Escolar pode propiciar a comunidade local uma palestra de conscientização a prática da coleta seletiva, reaproveitamento de materiais, reaproveitamento do óleo utilizado nas residências (seja para fazer sabão ou até mesmo disponibilizá-lo em eco-ponto que irá transformá-lo em biocombustível).